

**LEITURAS
AFINS**

Coleção Tudo é História

Os Arautos do Liberalismo
Maria Helena Capelato

Cafecultura
Homens, mulheres e capital
(1850-1980)
Verena Stolcke

Da Monarquia a República
Emília Viotti

Formação do Brasil
Contemporâneo
Caio Prado Jr.

História Econômica do Brasil
Caio Prado Jr.

1930
O silêncio dos vencidos
Edgar de Decca

Partido Republicano Paulista
(1889-1926)
José Ênio Casalecchi

A Revolução de 30
Boris Fausto

Vargas:
O Capitalismo em Construção
Pedro César D. Fonseca

A Civilização do Açúcar
Vera Ferlini

O Coronelismo
Maria de Lourdes Janotti

A Economia Cafeeira
J. R. do Amaral Lapa

A Família Brasileira
Eni de Mesquita Samara

A Industrialização Brasileira
Francisco Igléssias

2000 AB 397

Jacob Gorender

A BURGUESIA BRASILEIRA

UNICAMP
Biblioteca - IFOR

editora brasiliense

Copyright © by Jacob Gorender, 1981
 Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada,
 armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada,
 reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer
 sem autorização prévia do editor.

UNIDADE - IFCH
 N.º CHAMADA 330.122

Q 6656

V. _____ EX. _____

ISBN 85-11-02029-2

TOMBO BC/ 45/15/18

Primeira edição, 1981

3ª edição, 1990

PROG. _____

2ª impressão, junho de 1998

C EXI D

PREÇO _____

DATA _____

N.º CPOUB 000 399 294

Revisão: José E. Andrade

Caricaturas: Emílio Damiani

Capa: 123 (antigo 27) Artistas Gráficos.

INDICE

<i>Gênese do capitalismo brasileiro</i>	7
<i>Duas variantes na formação do capitalismo</i> ...	15
<i>Desenvolvimento do capitalismo na Primeira</i>	
<i>República</i>	24
<i>Origens e características da burguesia industrial</i>	37
<i>Indústria e economia de exportação: ajustamen-</i>	
<i>to e oposição</i>	52
<i>A virada de 1930</i>	62
<i>Burguesia e Estado</i>	70
<i>Burguesia e capital estrangeiro</i>	81
<i>A burguesia como classe dominante principal</i>	101
<i>Conclusões</i>	110
<i>Indicações para leitura</i>	113

brasiliense



EDITORA BRASILIENSE S/A

RUA AIRI, 22 - TATUAPÉ

CEP 03310-010 - SÃO PAULO-SP

TELEFONE E FAX: (0xx11) 218-1488

e-mail: brasilienseedit@uol.com.br

home page: www.editorabrasiliense.com.br

apê



GÊNESE DO CAPITALISMO BRASILEIRO

O leitor já conta à sua disposição com uma teoria sobre o tema deste capítulo num dos volumes da coleção *Primeiros Passos*, da Ed. Brasiliense. Refiro-me a *O Que É o Capitalismo* de Afrânio Mendes Catani, o qual, em sua exposição, se apóia nas obras dos Profs. Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello. Acontece que discordo da linha de pensamento desses historiadores e devo, pois, apresentar, sempre no estilo de roteiro para leituras posteriores, minha própria concepção sobre o assunto. Uma vez que não me deterei na argumentação das divergências, careço de deixar claro, não obstante, a diferença do ponto de partida, pois este é um aspecto decisivo. Tal diferença consiste em que Novais e Cardoso de Mello partem do sistema colonial mundial como totalidade que determina o conteúdo da formação social no Brasil, ao passo que eu inicio minha

análise com o modo de produção escravista colonial, a cuja dinâmica própria atribuo uma determinação fundamental.

Uma vez que julgo indispensável adquirir o entendimento do mencionado modo de produção, não me resta alternativa senão a de remeter o leitor à minha obra *O Escravismo Colonial*, na qual abordo o tema de um ponto de vista abrangente e sistemático.

Acumulação originária do capital e burguesia mercantil

A constituição do modo de produção capitalista, qualquer que seja a via pela qual se processe, tem sempre uma fase precedente — a da acumulação *originária* (também chamada primitiva) do capital. Ou seja, trata-se de uma acumulação do capital realizada por meio de mecanismos ainda não essencialmente capitalistas, não se baseando, portanto, na produção de mais-valia mediante a exploração do trabalho assalariado livre. Ao atingir certo nível e num quadro social já transformado, a acumulação originária do capital culmina na constituição do modo de produção capitalista.

Na Europa, a acumulação originária do capital realizou-se no bojo do feudalismo. No Brasil, nunca houve feudalismo, o que Caio Prado Jr. foi o primeiro a demonstrar de maneira fundamentada. A acumulação originária do capital se processou no

análise com o modo de produção escravista colonial, a cuja dinâmica própria atribuo uma determinação fundamental.

Uma vez que julgo indispensável adquirir o entendimento do mencionado modo de produção, não me resta alternativa senão a de remeter o leitor à minha obra *O Escravismo Colonial*, na qual abordo o tema de um ponto de vista abrangente e sistemático.

Acumulação originária do capital e burguesia mercantil

A constituição do modo de produção capitalista, qualquer que seja a via pela qual se processe, tem sempre uma fase precedente — a da acumulação *originária* (também chamada primitiva) do capital. Ou seja, trata-se de uma acumulação do capital realizada por meio de mecanismos ainda não essencialmente capitalistas, não se baseando, portanto, na produção de mais-valia mediante a exploração do trabalho assalariado livre. Ao atingir certo nível e num quadro social já transformado, a acumulação originária do capital culmina na constituição do modo de produção capitalista.

Na Europa, a acumulação originária do capital realizou-se no bojo do feudalismo. No Brasil, nunca houve feudalismo, o que Caio Prado Jr. foi o primeiro a demonstrar de maneira fundamentada. A acumulação originária do capital se processou no

âmbito do escravismo colonial e tendo este como a fonte da própria acumulação.

Mais ainda: a base para a acumulação originária do capital começou a se formar na época em que o Brasil foi colônia de Portugal. Nem toda a renda produzida no Brasil era, então, dirigida para fora, conforme supõe Florestan Fernandes (v. *A Revolução Burguesa no Brasil*, p. 61 e ss.), porém uma parte muito considerável ficava na própria Colônia, seja para a ampliação direta da produção escravista, em mãos dos plantadores, seja sob a forma de capital mercantil, em mãos dos mercadores, que financiavam e comercializavam a produção das plantagens escravistas.

A Abertura dos Portos, decretada pelo Regente D. João em 1808, e a Independência política, conquistada em 1822, não alteraram em nada a essência do modo de produção dominante na formação social vigente no Brasil. O modo de produção continuou tão escravista e tão colonial (no sentido *econômico*) quanto o fora sob o domínio da Metrópole portuguesa. Em 1850, quando se extinguiu o tráfico de escravos africanos, o quantitativo servil no País alcançou seu pico máximo (2.500.000 escravos, em termos estimativos). Se acrescentarmos a este fato a prosperidade da cafeicultura, concluiremos que a acumulação do capital mercantil se incrementou, no Brasil independente, por consequência da expansão do próprio escravismo colonial.

Contudo, isto não significa que a Independência tenha sido acontecimento indiferente para a econo-

mia. A instituição de um Estado nacional unificado, sob o domínio dos plantadores escravistas, teve repercussões positivas sobre o fortalecimento da burguesia mercantil e, mais tarde, sobre o aparecimento dos primeiros núcleos da burguesia industrial. Tais repercussões podem ser sumariadas nos seguintes pontos:

a) Eliminação da intermediação parasitária do comércio português. A exportação e a importação passaram a ser feitas diretamente através dos portos brasileiros, sem a baldeação obrigatória e onerosa nos portos lusitanos. Os portos brasileiros, sobretudo o Rio de Janeiro, cresceram como centros comerciais e se fortaleceu a burguesia mercantil neles radicada.

b) A receita dos impostos de exportação e importação, antes pertencente à Coroa lisboeta, passou a integrar a receita orçamentária do Estado nacional brasileiro, o que representou considerável acréscimo à renda circulante dentro do País.

c) Os artigos de importação, tanto os bens de consumo como os bens de produção, tornaram-se mais baratos para os brasileiros, pois chegavam já sem gravame do comércio e do fisco de Portugal. Isto viabilizou e prolongou a existência do escravismo brasileiro, numa conjuntura em que os preços dos escravos subiram em elevadas proporções.

d) As funções estatais superiores (Governo, tribunais, força militar, etc.), antes concentradas em Lisboa, transferiram-se para o Brasil. Daí formar-se, aqui, uma burocracia estatal desenvolvida, contribuindo para o crescimento do Rio de Janeiro e de seu

mercado urbano.

Surgimento da burguesia industrial

O engrossamento da burguesia *mercantil*, com o seu desdobramento em comerciantes e banqueiros, não caracterizava a existência do capitalismo, nem era incompatível com a sobrevivência prolongada do escravismo colonial no Brasil. A burguesia mercantil prospera nas formações sociais anteriores ao capitalismo, enquanto o agente organizador do modo de produção capitalista é somente a burguesia *industrial*. Esta pode engendrar-se, em grande parte, na própria burguesia mercantil, como sucedeu no Brasil e outros países, na medida em que certo número de comerciantes investe na indústria e organiza a produção de artigos, que antes se limitava a comprar e vender. Mas o capital industrial, como diz Marx, é a *única* forma do capital cuja função não consiste apenas na *apropriação* da mais-valia, pois também é o promotor da sua *criação*. Somente ele, por conseguinte, modela a forma capitalista de produção, aquela em que a exploração do sobretrabalho e a extração do sobreproduto se fazem com operários assalariados livres (e não com escravos ou servos) como agentes diretos do processo de criação do valor.

* * *

Antes de abordar os começos da burguesia in-

ustrial no Brasil, devo dedicar algumas linhas a um personagem certamente excepcional: Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de Mauá (1813-1889). Como situar este grande empresário do ponto de vista da formação do capitalismo brasileiro?

Notemos que Mauá foi banqueiro e quase todas suas iniciativas empresariais visaram suprir serviços públicos, como concessões do Estado em condições de monopólio e, em vários casos, com subvenções ou empréstimos do Estado. Foi assim que organizou empresas de transportes urbanos e de iluminação pública a gás, companhias de navegação fluvial a vapor, várias estradas de ferro e a comunicação por meio de cabo submarino. Entre suas numerosas empresas, quase a única de transformação industrial direta — o Estaleiro e Fundação da Ponta da Areia, que chegou a reunir cerca de mil trabalhadores —, mesmo esta surgiu do projeto de fornecimento de tubos de ferro ao Governo, com vistas à canalização das águas do rio Maracanã. Por conseguinte, os empreendimentos de Mauá eram compatíveis com o regime escravista e contribuíram para tornar viável seu funcionamento, num período já de declínio. Ademais, uma vez que dependia do Estado, empenhou-se em intensa atividade política e teve bom relacionamento com vários gabinetes ministeriais do Império, que o nobilitou com os títulos de barão e visconde. Quando o Império se recusou a cobrir os débitos do Banco Mauá, faliu. E faliu também porque, na construção da Estrada de Ferro Santos a Jundiá (que veio a se chamar São Paulo Railway), recebeu uma

rasteira do capital inglês, ao qual diversas vezes recorreu, antecipando um comportamento comum à burguesia brasileira posterior.

O fenômeno Mauá teria sido impossível se já não houvesse capitais acumulados dentro do Brasil e cuja disponibilidade aumentou após a cessação do tráfico de escravos africanos. Mas o próprio Visconde não foi mais do que um tipo de transição, ainda um capitalista inserido na formação escravista, embora se chocasse com a estreiteza dos seus limites para a realização de empreendimentos modernos que, sob outro aspecto, não deixavam de prenunciar o advento do capitalismo.

Do ponto de vista da formação da burguesia industrial e a da afirmação do modo de produção capitalista, muito maior importância tiveram as centenas de pequenos e médios empresários que, dos anos 40 aos 80 do século XIX, instalam e administram, em vários pontos do País, fábricas têxteis e de artigos de vestuário, de massas e outros produtos alimentícios, de cerveja, de chapéus e calçados, de peças de mobiliário, de artigos de cerâmica, de materiais de construção, de implementos para a agricultura, etc. A princípio, algumas dessas fábricas empregaram escravos ao lado de operários livres. Às vezes, a força motriz veio inicialmente da roda de água e só depois da máquina a vapor. De maneira geral, os produtos de tal indústria fabril incipiente eram de baixa qualidade e concorriam com os similares locais de origem artesanal. *Não se tratava ainda da substituição de importações, que tão-somente*

mais tarde se acentuaria, porém da substituição do artesanato local. O "pano de Minas", por exemplo, produzido por centenas de artesãos domiciliares e com uma tradição mercantil de meio século, quase desapareceu de circulação nos anos 60 do século passado.

O mercado das primeiras fábricas têxteis nacionais era o de roupas para escravos e para as camadas pobres da população livre, bem como, o de sacaria para os produtos agrícolas de exportação, substituindo as caixas de madeira e os fardos de couro que anteriormente os acondicionavam.

Em 1866, um relatório oficial registrou o funcionamento de nove fábricas de tecidos de algodão em todo o País, sendo cinco na Bahia, duas no Rio, uma em Alagoas e uma em Minas Gerais, com um total de 768 operários. Fundada em 1844, a mais antiga e a maior delas era a Todos os Santos, na cidade de Valença (Bahia), com 200 operários, 4 600 fusos e 136 teares. Em 1881, já eram 44 as fábricas de tecidos, reunindo mais de três mil operários e com a seguinte distribuição geográfica: Bahia — 12; São Paulo — 9; Minas Gerais — 8; Rio de Janeiro (província) — 6; Rio de Janeiro (capital) — 5; Alagoas — 1; Pernambuco — 1; Rio Grande do Sul — 1; Maranhão — 1.

Com o declínio do modo de produção escravista colonial e ainda nos quadros da formação social escravista, houve, portanto, um desenvolvimento de forças produtivas sob a direção da burguesia industrial emergente. Com ela e o jovem proletariado, nasce o modo de produção capitalista no Brasil.



DUAS VARIANTES NA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO

O feudalismo como meio ambiente original

Ao nascer nas entranhas do feudalismo europeu, o modo de produção capitalista deveria enfrentar, no processo de sua expansão, obstáculos bem característicos da ordem feudal dominante. Vejamos, numa exposição esquemática, quais eram estes obstáculos, cabendo observar que sua incidência variou conforme cada país:

a) Os camponeses, que representavam o grosso da força de trabalho, estavam vinculados à terra sob diferentes formas. Em alguns países, como Portugal e Inglaterra, a *servidão da gleba* desapareceu nos séculos XIII e XIV, mas em outros, como Alemanha e Rússia, persistiu até meados do século XIX. Em

geral, a servidão da gleba foi substituída pela vinculação da *enfiteuse* — uma instituição que dava ao camponês o direito de explorar a terra, transmiti-la por herança ou mesmo vendê-la, porém não o tornava proprietário pleno, pois permanecia a obrigação perpétua de pagar uma renda, como foreiro, ao senhorio feudal.

b) Salvo exceções pouco expressivas, a propriedade da terra não era *alodial*: estava sempre gravada pelos tributos *privados* que deviam ser pagos a um senhorio da nobreza, ao clero ou ao monarca.

c) O mercado de terras se submetia a extremas restrições jurídicas. Com a vigência do instituto do *morgadio*, os feudos só podiam ser herdados pelo filho primogênito e, além de *indivisíveis*, tinham a condição de *inalienáveis* (não podiam ser transferidos por via de compra a um novo proprietário). Cerca de um terço das terras da Europa, durante a Idade Média, pertencia à Igreja Católica e, por conseguinte, era insuscetível de transações mercantis.

d) Os artigos industriais, produzidos ainda com uma técnica artesanal, constituíam privilégio legal das *corporações* ou *guildas*, em cada localidade. Cabia-lhes regulamentar o número de produtores, os processos de produção, a qualidade e a quantidade dos artigos, seus preços, etc. A produção industrial se achava, portanto, rigidamente controlada.

e) O tráfico de mercadorias, além de inseguro, sofria tributação toda vez que passava por um feudo. Cada feudo cobrava impostos privativos, cunhava sua própria moeda e usava um padrão particular de

pesos e medidas. Tudo isso entravava a circulação de mercadorias.

f) A nobreza e o clero constituíam *estamentos privilegiados*: não pagavam impostos e monopolizavam o acesso aos cargos públicos das instâncias superiores do Estado.

Com maior ou menor radicalismo, as revoluções burguesas européias eliminaram os obstáculos acima enumerados e desobstruíram o caminho ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e à afirmação da burguesia como nova classe dominante. Assim é que, em resumo, as revoluções burguesas desvincularam os camponeses da terra e jogaram uma parte deles (na Inglaterra, praticamente todos) no mercado de trabalho assalariado, onde podiam ser livremente contratados pelos capitalistas. A terra tornou-se *alodial*, completamente isenta de encargos privados. Extinguiu-se o *morgadio* e a Igreja teve os seus domínios confiscados e postos à venda. Criou-se um mercado capitalista de terras. As corporações foram dissolvidas, suas regulamentações anuladas e a instalação de manufaturas e fábricas deixou de sofrer qualquer restrição. Unificou-se o mercado nacional e ficou estabelecida a uniformidade monetária, tributária e de pesos e medidas. Cumpriu-se o lema dos economistas liberais: *laissez-faire, laissez-passer* (liberdade para produzir e circular). Aboliram-se os privilégios estamentais da nobreza e do clero.

O escravismo colonial como meio ambiente original

Se nos voltarmos para o Brasil escravista, constatamos a ausência dos obstáculos de tipo feudal ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A propriedade do solo sempre foi alodial e alienável, motivo por que, desde o século XVI, se assinavam operações de compra e venda de terras, tornadas, com o tempo, bastante freqüentes. É certo que os plantadores gozaram, sob o domínio de Portugal, do privilégio várias vezes renovado da impenhorabilidade dos seus bens, mas isto, se dificultava as operações de crédito e lhes agravava o caráter pré-capitalista, não chegava a impedir de todo as transferências da propriedade da terra. Em 1833, ainda em plena vigência do escravismo, a Regência decretou a extinção do privilégio da impenhorabilidade. Registraram-se casos de morgadio, porém sua incidência não alterou o caráter geral do regime jurídico fundiário. Uma lei de 1835, também sob a Regência, declarou extintos todos os morgadios. A propriedade de terras pela Igreja Católica deixou de ser questão grave ainda na época colonial. Isto porque a Companhia de Jesus, entidade clerical detentora das maiores extensões territoriais, foi expulsa de Portugal pelo Governo do Marquês de Pombal, em 1759, e teve seus bens confiscados pela Coroa lusitana. Outras ordens religiosas sofreram o mesmo tipo de confisco. Por isso, já no Brasil independente, os bens territo-

riais confiscados da Igreja eram chamados *bens da nação*. Nos dias atuais, resta à Igreja Católica a propriedade residual de terrenos urbanos muito valorizados, cujo usufruto costuma ceder sob o regime de enfiteuse. Tal circunstância, não obstante, se tornou indiferente ao desenvolvimento do capitalismo.

As corporações de ofícios existentes no Brasil colonial eram fictícias, se comparadas às européias. Não dispunham de força jurídica efetiva e foram abolidas pela Constituição imperial de 1824.

Organizado em país independente, o Brasil adquiriu um Estado nacional unificado, sob um Poder político fortemente centralizado, apropriado à defesa da instituição escravista, conforme o interesse da classe dominante dos plantadores. Já no Primeiro Império, foi estabelecida a uniformidade tributária, monetária e de pesos e medidas. Quanto ao privilégio estamental da isenção de pagar impostos, inexistiu sequer no Brasil-Colônia.

Então, que obstáculos ao desenvolvimento do modo de produção capitalista eram específicos do escravismo colonial?

O principal, o fundamental era a própria instituição escravista. Se as primeiras fábricas, como afirmei acima, empregaram escravos, isto só podia representar recurso muito restrito e efêmero. *O modo de produção capitalista é absolutamente incompatível com o trabalho escravo. Seu desenvolvimento depende da formação de um mercado de mão-de-obra despossuída, abundante e juridicamente livre para ser assalariada, sob contratos de trabalho res-*

condíveis quando convier ao empregador. Esse tipo de mercado de mão-de-obra começou a se constituir no Brasil na segunda metade do século XIX, porém sua expansão permaneceu fortemente restringida enquanto subsistiu a instituição servil. A persistência da escravidão fazia do ócio apanágio do homem livre, de tal maneira que muitos despossuídos preferiam a marginalidade e a indigência ao trabalho assalariado. Também a imigração de trabalhadores europeus, enquanto sobrevivesse a escravidão, encontraria sérios impedimentos.

Acresce que, sob vários aspectos, o ordenamento jurídico vigente no Brasil-Império se revelava inadequado ao desenvolvimento capitalista. A organização judiciária era apropriada a um regime dominado por plantadores escravistas, porém cheia de falhas graves quando se tratava de proteger empreendimentos capitalistas. Só para citar um exemplo, por uma lei de 1860, parcialmente alterada em 1882, as sociedades anônimas não podiam ser constituídas sem autorização expressa do Governo e estavam proibidas de colocar suas ações à venda. Finalmente, a condição do catolicismo como religião oficial e as restrições à prática dos demais cultos opunham dificuldades à vinda de imigrantes protestantes e de outras confissões.

A revolução abolicionista

Para os fins do meu tema, não careço de tratar

em detalhe do evento da Abolição (abordado, nesta coleção, por Suely Reis de Queiroz). O que, aqui, me interessa ressaltar consiste em que considero a extinção das relações de produção escravistas, no Brasil, um evento *revolucionário*. Ou, dito de maneira mais taxativa: *a Abolição foi a única revolução social jamais ocorrida na História de nosso País.*

Com o desaparecimento da escravidão, desapareceram também o modo de produção escravista colonial — dominante durante quase quatro séculos — e a formação social escravista correspondente. A profunda transformação na estrutura econômica não deixou de se manifestar na superestrutura político-jurídica. A Monarquia centralizadora estava esclerosada e se tornara um trambolho. Daí ter sido substituída pela República federativa descentralizada, na qual os Estados ganharam ampla autonomia, sob a batuta hegemônica dos dois Estados mais poderosos: São Paulo e Minas Gerais.

Pode-se objetar: mas a Abolição deixou o latifúndio intocado. É verdade. E não poderia ser de outra maneira, por dois motivos principais:

1º) A possibilidade de efetivação da reforma agrária seria concebível somente se já existisse um movimento camponês capaz de lutar por ela em aliança com o movimento abolicionista. Ora, como se sabe, o abolicionismo não encontrou apoio em nenhum movimento camponês.

2º) A mais elevada forma de luta dos escravos consistiu na fuga das fazendas, o que se deu sobretudo em São Paulo, a região do escravismo mais

próspero dos anos 80 do século passado. Em consequência, ao abandonar as fazendas, os escravos se incapacitavam para a luta pela posse da terra, apesar de manifestarem aspiração nesse sentido.

Com todas as suas limitações, a Abolição não deixou de ser uma revolução. Pela via da luta política, deu vigoroso impulso à eliminação de formas de exploração já esgotadas. Porém não o fez para trazer o paraíso aos trabalhadores, negros ou brancos. Novas formas de exploração vinham sendo instauradas e se expandiram após a Abolição, pois eram adequadas ao nível mais elevado das forças produtivas. Em especial, todos os trabalhadores se tornaram juridicamente livres e, com isso, a difusão das relações de produção capitalistas ficou desembaraçada.

A República pôs em vigor algumas medidas, que completaram a transformação abolicionista: a Igreja Católica foi separada do Estado e ficou garantida a liberdade da prática pública de outros cultos religiosos; uma lei de 1890 agilizou a organização de sociedades anônimas, afastando a interferência do Estado e permitindo a negociação pública de ações.

Coloquemos, no entanto, a seguinte questão: que papel teve a burguesia em transformações de tão grande envergadura?

No concernente à Abolição, não contamos ainda, em nossa historiografia, com um estudo monográfico sobre a atuação da burguesia. Há somente referências ocasionais à militância abolicionista de comerciantes e industriais.

Se é possível conjecturar que a burguesia bancá-

ria (Machado de Assis alude a isso no seu romance *Esau e Jacob*) seria hostil à Abolição ou temerosa de suas conseqüências, uma vez que os fazendeiros eram os principais devedores dos bancos e a propriedade servil representava a garantia mais substancial dos débitos, pode-se supor, pela lógica dos interesses de classe, que a burguesia industrial deveria assumir uma atitude oposta. Mas a burguesia industrial apenas estava em formação e, na vida real, suas posições não foram sempre coerentes.

Ao menos, é característico o caso de Antônio Felício dos Santos. Industrial têxtil em Minas Gerais, presidente da Associação Industrial e signatário do seu Manifesto de 1881, no qual defende uma política tarifária protecionista em favor do desenvolvimento da indústria nacional, Felício dos Santos conciliava semelhante posição com a de antiabolicionista. Em 1885, foi eleito para a Câmara do Deputados como candidato dos escravocratas.



DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Caráter subordinado do modo de produção capitalista

Se é fato que a extinção do escravismo colonial retirou o principal obstáculo à expansão das forças produtivas modernas e das relações de produção capitalistas, isto não significa, contudo, que o modo de produção capitalista se afirmou de imediato como o dominante na formação social emergente.

Ao proclamar-se a República, a indústria reunia pouco mais de 54 mil operários e sua produção representava uma fração pequena do produto nacional. Quase vinte anos depois, em 1907, cabiam à agricultura quatro quintos do valor líquido da produção física do País, ficando a indústria com o quinto res-

tante. Ora, a agricultura brasileira não se tornou capitalista em seguida à extinção do trabalho escravo. Nem sequer a cafeicultura do Oeste de São Paulo sofreu uma transformação capitalista com a introdução do trabalho livre, só parcialmente pago em salários. Além do que a presença de salários nem sempre indica, por si mesma, a vigência de relações de produção capitalistas. Esta é uma questão relevante, acerca da qual discordo de Caio Prado Jr. e de outros historiadores da economia brasileira.

Sem entrar em detalhes, saliento que prevalecia no setor agrícola da economia nacional o latifúndio plantacionista ou pecuário, em cujo âmbito vigoravam relações de produção que combinavam elementos de economia camponesa com o pagamento de salários de modalidade pré-capitalista. As formas mais típicas e difundidas de tais relações de produção se manifestavam no colono da cafeicultura paulista, no "morador" das plantagens canavieiras e das fazendas de gado do Nordeste, nos meeiros e parceiros muito numerosos no Nordeste e em Minas Gerais, nos vaqueiros que trabalhavam pela "quarta".

No conjunto desta agropecuária, sobressaía a cafeicultura, que fornecia o principal produto de exportação. À semelhança do que ocorria à época da economia escravista colonial, a nova economia continuava a ter seu eixo na exportação de produtos primários. Na primeira década do século XX, dois terços da produção agrícola nacional, em termos de valor, eram exportados e, no total da exportação, o

café participava com 53% (seguido pela borracha, com 26%). Uma vez que São Paulo fornecia cerca de dois terços do café exportável, compreende-se a força econômica concentrada em mãos dos cafeicultores paulistas.

A classe dominante era constituída, por conseguinte, pelos proprietários das plantagens (de café, cana-de-açúcar, cacau, algodão, etc.) e das fazendas de gado. A grande burguesia comercial e bancária associava-se intimamente aos latifundiários, além do mais porque, com freqüência, procedia do meio deles.

Seria, no entanto, erro grosseiro identificar esta economia pós-Abolição com a do escravismo colonial, simplesmente porque, em ambas, a exportação de produtos primários exerceu função primordial. Nas novas condições pós-Abolição, difundem-se as relações salariais e amplia-se num ritmo acelerado o mercado interno. Este acabará suplantando a importância estratégica da exportação e se converterá no eixo do desenvolvimento econômico. *Semelhante dinamismo do mercado interno teria sido completamente inviável nos quadros do escravismo colonial.*

O Encilhamento: uma loucura juvenil

A especulação é inerente ao capitalismo e faz parte do seu curso rotineiro. Mas há momentos em que as manipulações especulativas se exacerbam e

provocam uma febre de alta temperatura. O capitalismo brasileiro foi acometido por uma dessas febres, entre 1889 a 1892, quando mal ensaiava seus primeiros avanços.

O episódio ficou conhecido como "encilhamento", porque assim se designava, na época, o momento, nas corridas de cavalo, em que estes estavam encilhados antes da largada e o jogo dos apostadores chegava ao frenesi. Por analogia, o termo foi aplicado aos lances dos investidores na compra e venda de ações de companhias diariamente constituídas, em escala desmedida.

A febre especulativa começou ainda sob o Império, quando era Primeiro-ministro o Visconde de Ouro Preto. A libertação dos escravos provocara o súbito aumento da necessidade de pagar salários e os fazendeiros sentiam carência de dinheiro, cujo montante, na economia escravista, não precisava ser elevado. A fim de atender a esta falta de liquidez, como dizem os economistas, o Governo imperial forneceu, sem juros e com outras condições vantajosas, certas quantias aos bancos, que eles repassariam em dobro aos fazendeiros, a juros de 6% ao ano. Imediatamente se valorizaram as ações dos bancos existentes e novos bancos se criaram. Numa reação em cadeia, subiu a cotação dos títulos de toda espécie de sociedades por ações, organizando-se depressa novas sociedades que negociavam seus títulos com ágios crescentes.

Quando Rui Barbosa assumiu o Ministério da Fazenda, no primeiro governo republicano de no-

vembro de 1889, já encontrou o carro em movimento. Convicto de que a circulação monetária era insuficiente e, ademais, aberto a idéias de industrialização, embora sem coerência doutrinária, estabeleceu um mecanismo de bancos privados emissores, o que incitou ainda mais a especulação. No entanto, a grande maioria das companhias então criadas não dispunha de viabilidade e, nos primeiros meses de 1891, as cotações da Bolsa começaram a cair. Em janeiro do mesmo ano, Rui já havia renunciado ao cargo de ministro.

Acerca do episódio do Encilhamento, cumpre fazer duas observações.

Em primeiro lugar, o investimento em ações e outros títulos privados, estimulado pela nova lei das sociedades anônimas, apareceu como alternativa à tradicional aplicação da poupança privada disponível em apólices do Governo. Ao descongelar a poupança investida nessas apólices estatais de renda fixa e transferir capitais disponíveis para empresas privadas, a especulação serviu, apesar do inevitável desperdício, de mecanismo de transmissão entre a acumulação originária de capital e a acumulação propriamente capitalista.

Em segundo lugar, dada a estrutura da economia da época, este mecanismo de transmissão favoreceu principalmente os bancos e as companhias de estrada de ferro e de navegação, que absorveram as maiores fatias do capital em títulos posto em circulação. Mas a indústria de transformação, sobretudo a indústria têxtil do Rio de Janeiro, como assinalou

Stanley J. Stein, também recebeu significativa injeção de capital, o que lhe permitiu dar um passo mais largo à frente.

Particularidades regionais do desenvolvimento industrial

A industrialização brasileira — no que não diferiu da inglesa e de outros países do capitalismo “clássico” — começou com a predominância da indústria leve de bens de consumo não-durável, ocupando os primeiros lugares, durante longo tempo, os ramos de tecidos e de alimentos. Os Censos de 1907 (este não oficial, promovido pelo Centro Industrial do Brasil) e de 1920 nos oferecem o seguinte quadro comparativo.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VALOR DO PRODUTO INDUSTRIAL NACIONAL

	1907	1919
Indústria têxtil	24,6	29,6
Indústria de alimentos	19,1	20,5
Total	43,7	50,1

Outro aspecto relevante consiste no caráter inicial bastante regionalizado da formação da indústria nacional. Dado o custo excessivo dos meios de transporte na época, do baixo nível da acumulação de capital e da incidência de um imposto interestadual

sobre a circulação de mercadorias (imposto só eliminado em 1937), as fábricas das regiões mais desenvolvidas conseguem, nesta fase inicial, uma espécie de proteção para reservar seu próprio mercado, ao abrigo da concorrência dos produtores de outras regiões. Com o tempo, a concentração industrial se acentuará em São Paulo e as indústrias regionais passarão a competir entre si num mercado já de caráter nacional, sobrevivendo e expandindo-se aquelas favorecidas por fatores como base regional mais poderosa, abundância de matérias-primas, especialização tecnológica, situação geográfica estratégica, etc.

Sob tal aspecto, distinguimos quatro casos típicos:

Nordeste. Sua agricultura de exportação, na segunda metade do século XIX, encontrava-se em decadência e, por conseguinte, proporcionou uma base fraca à acumulação originária do capital.

Apesar disso, a Bahia foi pioneira na criação de fábricas de tecidos e, ainda em 1911, sua produção têxtil ocupava o quarto lugar no País. Mas, ao que parece, a expansão da nova cultura do cacau absorveu o fraco impulso da economia baiana. A indústria têxtil não se modernizou e sucumbiu à concorrência, quase desaparecendo após a Segunda Guerra Mundial. O fio do desenvolvimento industrial da Bahia só viria a ser reatado nos recentes anos 60.

A indústria têxtil de Pernambuco surgiu mais tarde e conseguiu resistir, sobrevivendo na fase de concorrência no mercado nacional. A par disso, Pernambuco continuou a liderar a produção nacional de

açúcar até os anos 30. Como nos esclarece Peter L. Eisenberg, o núcleo de usinas modernas se formou com substanciais empréstimos do Governo estadual, os quais nunca foram restituídos e resultaram em doações às custas do erário público. Os usineiros assumiram o controle da economia açucareira e se tornaram a força política decisiva em Pernambuco.

O fraco dinamismo do seu mercado interno regional fez do Nordeste um fornecedor de mão-de-obra e de capitais às regiões meridionais.

Extremo Sul. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, temos o caso único de uma acumulação originária do capital que se processa, não a partir da economia de plantagem escravista, porém a partir da economia de pequenos camponeses e artesões livres, estabelecidos nas zonas de colonização alemã e italiana.

À medida que esses pequenos produtores rurais, cujo autoconsumo era o mais elevado do País, encontraram vazão para seus produtos no mercado nacional, avolumou-se a capacidade aquisitiva monetária regional e surgiram numerosos estabelecimentos fabris em Blumenau, Joinville, Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Caxias do Sul e outras cidades.

Atuando, a princípio, no mercado regional, a indústria sulina encontrou na especialização tecnológica o fator que lhe permitiu enfrentar com êxito a concorrência de São Paulo na fase de competição no mercado nacional. Assim é que se reforçam e alcançam grande porte grupos industriais sulinos como

Gerdau-Johannpeter, Eberle, Renner, Hering, Hansen, Tupy e outros.

Rio de Janeiro. Na antiga capital do País, ocorre uma combinação entre a acumulação originária de capital procedente da agricultura de exportação e a disponibilidade *prévia* de um mercado urbano de dimensões relativamente amplas.

A cafeicultura da zona fluminense do Vale do Paraíba prosperou durante o século XIX e somente nos anos 80 é que entrou em declínio, cedendo a primazia à cafeicultura paulista. Por sua vez, o Rio de Janeiro, por força da condição metropolitana, tornou-se a cidade mais populosa e rica do País. Em 1900, sua população atingiu os 692 mil habitantes, quando a da capital de São Paulo não passava ainda dos 240 mil.

O Rio de Janeiro se formou, antes de tudo, como grande centro comercial e bancário. Sua situação de cidade portuária lhe deu o controle do comércio de exportação e importação da região fluminense, de Minas Gerais e do Norte de São Paulo. A acumulação de capital comercial e bancário, associada à amplitude do mercado urbano e rural, fez do Rio de Janeiro o maior centro industrial nacional até cerca de 1910.

São Paulo. A respeito da correlação entre cafeicultura e industrialização em São Paulo, o leitor encontrará abundante literatura. Todavia, penso que tal conexão — verdadeira, no geral — não foi corretamente esclarecida sob aspectos importantes.

Em primeiro lugar, atribui-se à cafeicultura

paulista uma precocidade capitalista, que dataria, segundo alguns, do início de sua formação. Exagero flagrante costuma ser cometido, por exemplo, no referente à introdução do trabalho livre nessa cafeicultura. No cap. XXVII do meu livro já citado, creio haver demonstrado que as plantagens cafeeiras de São Paulo, *inclusive de sua Zona Oeste*, se basearam no trabalho escravo até as vésperas da Abolição.

Em segundo lugar, como afirmei antes, a cafeicultura de São Paulo, no período pós-Abolição, ao explorar o trabalho de colonos, tampouco adquiriu caráter capitalista. Por isso, considero errôneo chamar os fazendeiros paulistas daquela época de "burguesia cafeeira".

Conquanto não-capitalista, a cafeicultura de São Paulo, sobretudo a da Zona Oeste, formou-se e prosperou na fase em que se iniciava o desenvolvimento capitalista no Brasil. Acrescente-se, pois se trata de aspecto decisivo, que as fazendas de café eram de propriedade de residentes no Brasil e não do capital estrangeiro, a exemplo do que sucedia com as plantagens de produtos tropicais em muitos países da América Latina, Ásia e África.

Em conseqüência, a agricultura de exportação forneceu ao desenvolvimento industrial de São Paulo uma acumulação originária de capital e um mercado regional com um potencial superior ao das outras regiões do País. Embora só possam ser mencionados, tais fatores positivos implicam outros correlatos: grande disponibilidade de força de trabalho imigrante, desenvolvimento da rede ferroviária, o porto

de Santos, localização geográfica central, etc. No entanto, é preciso salientar fortemente que a correlação entre cafeicultura e indústria não deve ser considerada *simétrica*, conforme a concepção errônea de autores como Wilson Cano.

Nos últimos vinte anos do século passado, a cafeicultura paulista atravessou um período de auge. Com o extraordinário afluxo de trabalhadores imigrantes, ampliou-se rapidamente o mercador regional. Assim é que uns tantos fazendeiros aplicaram parte dos seus excedentes líquidos na montagem de fábricas. Em numerosos casos, porém, o capital inicial para a indústria veio do comércio. Às vezes, também os bancos adiantavam empréstimos para iniciativas industriais, como se deu com Francisco Matarazzo, cujo investimento num moinho foi apoiado por um banco inglês. De modo geral, os bancos preferiam transacionar com os fazendeiros de café, uma vez que este era, então, o negócio mais seguro. A formação de um novo cafezal, pelo sistema de empreitada, não exigia adiantamento de capital. Mas o aumento do parque cafeeiro requeria gastos na compra de novas terras, no desbravamento e construção de vias de acesso, na ampliação das instalações e equipamentos de beneficiamento, na construção de casas para maior número de colonos, no pagamento dos seus salários antes da venda da colheita, etc. Por isso mesmo, o grossô dos excedentes líquidos gerados pela cafeicultura e concentrado pelos bancos ou pelos comerciantes foi reaplicado na expansão da própria cafeicultura. Entre 1880 e 1902,

o número de cafeeiros em produção no Estado de São Paulo passou de 105 milhões a 685 milhões, com um aumento de 577 milhões de pés de café, ou seja, um acréscimo de 550%. Esta é, portanto, uma fase em que a cafeicultura paulista, apesar do auge de sua prosperidade, forneceu capitais à indústria em escala moderada.

Isto explica porque, em 1907, apesar da acentuada decadência da cafeicultura fluminense, é ao Rio de Janeiro que cabe de longe a primazia da indústria de transformação no Brasil. Se juntarmos os 30,3% do valor da produção industrial da Capital Federal aos 7,5% do Estado do Rio de Janeiro, temos 37,8% para a indústria da região fluminense. Na mesma data, o valor da produção industrial do Estado de São Paulo não ia além dos 15,9% da produção brasileira.

Contudo, ao iniciar-se o século XX, caem as cotações internacionais do café e o volume das safras paulistas configura uma situação de perigosa superprodução. A solução encontrada consistiu no plano de valorização adotado pelos Estados cafeeiros no Convênio de Taubaté, em 1906: uma parcela das safras será estocada e retida, com financiamento de importadores e bancos europeus, a fim de sustentar os preços. Ao mesmo tempo, criou-se um imposto sobre novos cafeeiros, o que contribuiu para inibir o plantio. Em 1917, aplicou-se o segundo plano de valorização. Tais medidas foram coroadas de êxito. Entre 1902 e 1921, a quantidade de cafeeiros paulistas em produção só aumentou em 20%, alcançando

844 milhões de pés, com um acréscimo absoluto, portanto, de apenas 159 milhões. Considerando as cotações internacionais satisfatórias, verifica-se, portanto, que a cafeicultura paulista gerou vultosos excedentes líquidos cuja maior parte, ao invés de re aplicar na própria expansão, desviou, *por meio dos bancos*, para o financiamento da indústria. Nas circunstâncias da época, os investimentos industriais em capital fixo não eram grandes, nem exigiam prolongada maturação. Os industriais careciam com maior premência de crédito para capital de giro (despesas com matérias-primas e salários), o que o sistema bancário existente se mostrou capaz de atender, cumprindo o papel de mecanismo de transmissão entre a acumulação originária de capital na cafeicultura e a acumulação propriamente capitalista na indústria.

Em 1919, por isso mesmo, as posições se inver teram. O Estado de São Paulo já representava 33,1% da produção industrial nacional, em contraste com 22,4% da Capital Federal e 6,1% do Estado do Rio (o que dava à região fluminense um cômputo total de 28,5%). Daí em diante, a concentração industrial só fez se acentuar em São Paulo, na medida em que a reprodução ampliada do seu capital era impulsionada pelos mecanismos das economias externas, das economias de escala e dos fatores multiplicadores. Em 1939, a produção da indústria paulista já representava 45,4% da produção industrial brasileira. Tal participação sobe para 47,9%, em 1949, para 55,6%, em 1959, e para 56,1%, em 1969.



ORIGENS E CARACTERÍSTICAS DA BURGUESIA INDUSTRIAL

O indiscreto charme dos fazendeiros paulistas

Num dos seus filmes mais inspirados, o cineasta Buñuel satirizou o "discreto charme da burguesia". Ao que parece, os fazendeiros paulistas de café irradiaram um charme bem menos discreto para a nossa *intelligentsia*. Pois não foi nos salões da oligarquia cafeeira que se reuniam os inquietos escritores e artistas responsáveis pela celebrada Semana de Arte Moderna, em 1922? Décênios mais tarde, saíria dos círculos universitários de São Paulo uma alentada literatura historiográfica, econômica e sociológica, que fez dos fazendeiros paulistas os promotores principais da Abolição e da industrialização do Brasil.

Já mencionei a vinculação dos cafeicultores paulistas com a escravatura. Abordemos a questão da

industrialização. Em primeiro lugar, como frisei logo acima, não houve simetria entre o desenvolvimento da cafeicultura e o da indústria. Em segundo lugar, o número de fazendeiros de café, que assumiu diretamente o papel de empresário industrial, foi pequeno, dentro do conjunto de industriais. Quase sempre, citam-se os nomes de Álvares Penteado, fundador de uma fábrica de sacaria de juta, e Antônio da Silva Prado (não confundir com o homônimo Barão de Iguape). Este último, além de riquíssimo fazendeiro de café, foi presidente do Banco Comércio e Indústria, atual Comind, de 1889 a 1920, e fundador de várias empresas industriais. Não obstante, quantos mais de tal porte, originários da aristocracia cafeeira, podem ser mencionados, que se comparem a Matarazzo, Antônio Pereira Ignacio (fundador do grupo Votorantim), Antônio Proost Rodovalho (fundador da Companhia Melhoramentos), Klabin-Láfer, Jafet, Ometto-Dedini, Simonsen e tantos outros, cuja origem nada teve a ver com fazenda de café? *Foi por via do mecanismo bancário e comercial, principalmente, que o capital acumulado na cafeicultura se transferiu à indústria.*

Em conclusão: reconheço que a supremacia industrial de São Paulo teve no chamado "complexo cafeeiro" sua base de partida; simultaneamente, julgo que não passa de um mito o "vanguardismo" dos fazendeiros paulistas, cujo charme fascinou tantos autores, às vezes até brilhantes e radicais.

O mito do enriquecimento pelo trabalho

Uma pesquisa recente sobre pequenas e médias empresas registra que 7% dos avós paternos e maternos dos empresários, inclusos na amostra, foram operários e trabalhadores manuais. Embora pesquisa semelhante não tenha sido feita com os empresários da época inicial do capitalismo brasileiro, certamente algum percentual deles começou a vida na condição de operário ou artesão. Conhecem-se, em especial, os casos de Scarpa, Ramenzoni e Pereira Ignacio. A valorização de uma qualificação profissional, um pequeno empréstimo de familiares ou de um banco e circunstâncias fortuitas (um prêmio na loteria, por exemplo) permitem que uns tantos trabalhadores se libertem da condição de assalariados e subam os primeiros degraus da escada que leva à condição de capitalista.

Daí, precisamente, se originou o mito do capitão de indústria imigrante, que chegou ao Brasil com as mãos vazias e, à custa de uma vida a pão e banana, alcançou a justa recompensa da riqueza.

O percentual acima citado se relaciona com uma amostra de 74 empresas. Isso já demonstra que, para o conjunto de milhões de trabalhadores, o número de indivíduos favorecidos com a ascensão ao escalão da burguesia só pode ser da ordem do milésimo de por cento. A regra de ouro do capitalismo se resume em que o salário não deve superar o valor da força de trabalho. De preferência, convém que seja inferior a esse valor e, para isso precisamente, existe o exército

industrial de reserva. Quem pega no pesado e vive de salário, não tem como poupar. Os próprios economistas burgueses, no seu estilo e com suas justificativas ideológicas, reconhecem esta verdade, quando afirmam que a classe operária não tem "propensão para poupar".

Vários estudos revelam que, nas regiões meridionais do País, inclusive o Rio de Janeiro, foi elevada, provavelmente majoritária, a contribuição de imigrantes e de seus descendentes brasileiros imediatos à formação da burguesia industrial brasileira. Não pretendo, aqui, proporcionar uma explicação sociológica ou psicológica para este fenômeno. O que julgo imprescindível esclarecer é que os imigrantes bem-sucedidos como capitalistas não foram os que precisaram assalariar a própria força de trabalho como operários manuais. Tornaram-se capitalistas uns pouquíssimos que já vieram com algum capital (modesto que fosse), que chegaram ao Brasil contratados como representantes de firmas estrangeiras (caso de Rodolfo Crespi) ou como técnicos e administradores, que traziam um equipamento cultural favorável à montagem de pequenos negócios comerciais e pequenas oficinas, etc. Em conclusão, como indicou Warren Dean, as linhas de classe já vinham de antemão traçadas na massa imigrante.

Vias de formação da burguesia industrial

O mesmo Warren Dean é autor de importante



Logotipo da Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

contribuição ao tema, com o estudo sobre a industrialização de São Paulo, no qual pôs em relevo uma das vias de formação da burguesia industrial: a via do comércio importador.

O caso clássico é justamente o de Matarazzo, o maior industrial da primeira época do capitalismo brasileiro. De importador de banha americana passou a fabricante do produto. Quando idealizou sua distribuição em latas (substituindo as barricas americanas), dominou o mercado. Foi também importador de farinha de trigo e isto o levou a montar um moinho para industrializar no Brasil o trigo bruto importado.

Às vezes, o importador começava a produzir peças componentes do produto importado como meio de oferecer serviços de manutenção aos clientes. Daí passava à produção do artigo completo. A firma paulista Rádio Frigor dedicava-se, nos anos 30, ao comércio de importação de aparelhos de rádio e equipamentos de refrigeração. Do fabrico de peças desses equipamentos passou à sua produção por inteiro. Transferiu-se do comércio de importação à indústria, porém manteve a marca original até hoje, apesar de nada mais ter a ver, há muito, com aparelhos de rádio.

A importação, em outros casos, objetivou determinada matéria-prima ou bem intermediário, inexistente ou escasso no País, porém indispensável à produção de certos artigos finais. A família Klabin fez sua primeira inversão numa tipografia, depois adquiriu uma máquina para fabricar livros-caixa e papel

de embrulho e, finalmente, fundou uma fábrica de papel, o que a conduziu ao negócio de importação de celulose. Mais tarde, deixaria de importar a celulose para produzi-la no País.

O fenômeno não se restringiu a São Paulo, nem a grandes importadores. Domingos Giroletti cita uma ocorrência em Juiz de Fora, centro industrial de Minas Gerais que reproduziu, aliás, em miniatura, o processo paulista de acumulação originária do capital pela cafeicultura escravista. O imigrante Antônio Meurer, estabelecido inicialmente com um loja de fazendas e artigos de armarinho, pôde notar a grande procura de meias estrangeiras. Resolvendo fabricar o produto no Brasil, comprou máquinas alemãs e, em sua própria residência, montou pequena oficina onde trabalhavam seus familiares, no final do século passado. Em 1914, era dono de uma fábrica com 300 operários.

Em suma, levando em conta que o desenvolvimento da indústria brasileira recebeu um dos seus principais impulsos do processo de substituição de importações, é compreensível que o ponto de partida de certo número de industriais fosse o comércio de importação. Com isto, no entanto, ao contrário do que sugere W. Dean, não se verificou uma fusão dos interesses econômicos de importadores e industriais, considerados em seu conjunto como setores distintos da burguesia. Conforme veremos, foram setores de interesses geralmente contraditórios.

Nem se deve supor que somente do comércio de importação derivaram industriais. Também o comér-

cio interno constituiu fonte de lucros que permitiu a transição para a indústria. Bernardo Mascarenhas foi tropeiro e, nesta atividade, juntou o capital que lhe permitiu montar, em 1872, uma fábrica têxtil próximo a Juiz de Fora, seguida de outros empreendimentos industriais. Rodovalho, em São Paulo, começou comerciando com açúcar e sal. O grupo industrial Renner, como nos informa Paul Singer, teve sua origem nos estabelecimentos comerciais criados por Franz Trein, a partir de 1847, na zona colonial do Rio Grande do Sul e, mais tarde, centralizados em Porto Alegre.

Tampouco é correta a idéia de que a indústria fabril brasileira, em particular a têxtil, não teve precedentes nas pequenas oficinas. Ali onde se mostrou mais dinâmico o processo de desenvolvimento da indústria de transformação, não foram raros os casos de industriais cujo início se deu em pequena escala. Embora na história da industrialização capitalista do Brasil não tivesse havido uma fase cronologicamente delimitada de domínio da manufatura artesanal ou semi-artesanal, ao qual se seguisse o domínio da fábrica mecanizada, a transição da oficina à fábrica representou ocorrência freqüente. Já vimos o caso de Antônio Meurer. O grupo têxtil Hering, com sede em Blumenau, começou pela iniciativa do imigrante Hermann Hering, que adquiriu, em 1879, um tear circular e organizou uma oficina de tipo familiar, que depois evoluiu para a fábrica. A trajetória do grupo Romi, da indústria mecânica, partiu do empreendimento de Américo Emílio Romi, que,

em 1930, montou modesta oficina de consertos de automóveis em Santa Bárbara do Oeste, no interior de São Paulo.

Ideologia e organização da burguesia industrial

Desde que adquiriu densidade e consistência, a burguesia industrial se viu a si mesma como uma das "classes conservadoras". E tinha razões para semelhante visão de si própria. Após as transformações promovidas pela Abolição e pela República, a burguesia industrial não possuía motivos para revolucionar a ordem social estabelecida.

Contudo, pode-se objetar: o desenvolvimento da burguesia, pelo menos ao despontar o século XX, não a colocava em antagonismo com o latifúndio, segundo assevera Nelson Werneck Sodré?

Cabe deslindar a identificação entre a *política econômica* dos latifundiários e a *propriedade latifundiária*. Se a burguesia industrial podia chocar-se com a primeira (o que nem sempre acontecia), nenhuma razão tinha para combater a segunda. A idéia de que uma agricultura de pequenos proprietários teria constituído mercado mais amplo para a indústria nacional e acelerado o seu desenvolvimento — esta idéia é desmentida pela flagrante superioridade do desenvolvimento da indústria em São Paulo com relação ao Extremo Sul. Ademais, a história universal

não registra um só caso em que a burguesia houvesse tomado a iniciativa de uma reforma agrária destruidora do latifúndio. Tal tipo de reforma agrária, mesmo quando parte integrante de uma revolução burguesa, resultou sempre do impulso das massas camponesas.

A verdade, por sinal, foi que numerosos industriais adquiriram terras e, por conseguinte, deviam considerar juridicamente intocável a propriedade privada do solo. Matarazzo tornou-se latifundiário para plantar cana-de-açúcar e criar gado de corte. Não poucos industriais encontraram na especulação com terrenos urbanos excelente negócio para a formação de novos capitais. A urbanização dos bairros da Água Branca, da Vila Mariana e do Brooklin Paulista, na capital de São Paulo; beneficiou, respectivamente, os Matarazzo, Klabin e Pereira Ignacio.

O conservadorismo social dos industriais era idêntico em todo o País. Paulistas não se distinguiam de gaúchos ou cariocas, nem estes de mineiros e pernambucanos. De modo geral, durante a Primeira República e ainda depois, os industriais se vinculavam mais estreitamente com as oligarquias estaduais do que com os industriais de outras regiões. O que dificultava a formação da consciência burguesa de classe com uma visão nacional.

Isto se reflete no atraso com que surgem as entidades organizativas dos industriais. Estes filiavam-se às Associações Comerciais preexistentes e tardiamente fundavam suas organizações próprias e diferenciadas. Assim é que somente em 1904 foi criado,

no Rio, o Centro Industrial do Brasil, sucessivamente presidido por Serzedelo Correia, Jorge Street e Francisco de Oliveira Passos.

Em São Paulo, o Centro da Indústria de Fiação e Tecelagem surgiu em 1919, enfileirando-se com outras pequenas entidades de industriais metalúrgicos, gráficos, fabricantes de papel e papelão, de calçados, etc. No entanto, os industriais paulistas, em geral, se filiaram, durante muito tempo, à Associação Comercial de São Paulo, fundada em 1894, nela aceitando a hegemonia dos representantes do comércio importador. Somente em 1928, precisamente quando a contradição de interesses entre o comércio de importação e a indústria chegava a um ponto crítico, foi que os industriais paulistas se retiraram da Associação Comercial e fundaram o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Além das Associações Comerciais, os Centros do Comércio e Indústria, que existiram no Rio de Janeiro e em São Paulo, igualmente demonstram, nesta etapa da Primeira República, a convivência organizativa entre comerciantes e industriais, bem como certo grau de identificação entre uns e outros. Matarazzo, Pereira Ignacio, Klabin e Luiz Dumont Villares foram empresários que acumularam, durante certo tempo, a função de industriais com a de comerciantes importadores.

Paternalismo e repressão da classe operária

Pelo que acontece hoje, são imagináveis as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores durante o longo período em que inexistiu qualquer legislação trabalhista ou em que esta mal começava a ser elaborada.

Os salários eram muito baixos e, por sinal, segundo dados do Censo de 1920, situavam-se em São Paulo em nível inferior ao do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, o que acrescentava mais uma vantagem para os industriais paulistas. A jornada de trabalho habitual se estendia de onze a doze horas e as condições higiênicas e de segurança, dentro das fábricas, só podem ser caracterizadas como calamitosas. Na indústria têxtil, em particular, o proletariado era constituído, em sua maioria, por mulheres e crianças. Segundo testemunho insuspeito do começo do século XX, a idade mínima para o trabalho fabril era de ... cinco anos! Numa das fábricas de Matarazzo, foram encontradas máquinas de proporções apropriadas ao manejo infantil. Pior ainda: os menores viam-se forçados a horários noturnos de onze horas e, com frequência, sofriam espancamentos dentro das fábricas. Não havia descanso semanal remunerado, férias remuneradas, seguro contra acidentes, previdência social, nada, enfim, que impusesse algum limite legal à taxa de exploração da força de trabalho.

A exploração desenfreada se combinava com duas táticas calculistas por parte do patronato: a do paternalismo e a da repressão policial.

O paternalismo manifestou-se na construção de vilas operárias e no fornecimento de certos serviços (escolas, assistência médica, etc.). Mas a benevolência de semelhante paternalismo não ultrapassava a fachada. Os benefícios assistenciais tinham a contrapartida de descontos nos salários, não raro arbitrários e excessivos. Jorge Street, que costuma ser louvado pelo avançado espírito assistencial, declarou a uma delegação inglesa visitante de sua fábrica que os benefícios oferecidos não constituíam prática de caridade, porém visavam o pagamento de salários mais baixos, pois os operários costumavam torrar seu dinheiro em coisas inúteis. Também Eduardo Jafet argumentou que não adiantaria pagar salários mais altos, uma vez que os operários não saberiam como gastá-los utilmente. Convém observar, ademais, que o assistencialismo paternalista derivava da vantagem que havia na construção de vilas operárias na vizinhança das fábricas, uma vez que isto reforçava a subordinação disciplinada do empregado ao patrão, numa fase em que o mercado capitalista de força de trabalho era, comparativamente aos dias atuais, restrito e de fraca fluidez. O fenômeno não foi só paulista. Em Salvador também, o industrial Luís Tarquínio construiu extensa vila operária defronte à sua fábrica têxtil, então uma das maiores do País.

Mas o paternalismo não era suficiente. Diante das manifestações de resistência do jovem proleta-

riado brasileiro contra a exploração capitalista, o patronato industrial não ficou de braços cruzados, e, desde cedo, apelou aos serviços dos órgãos de repressão do Estado. Operários estrangeiros, que se destacavam na liderança sindical ou política, eram sumariamente deportados como rufiões ou sob outras acusações infamantes. Outros eram confinados em locais isolados e insalubres da Amazônia. As reuniões de trabalhadores costumavam ser dissolvidas a patas de cavalo e golpes de sabre, não raro com mortos e feridos. O refinamento da repressão se aperfeiçoou com a organização das *listas negras*, nas quais a polícia e as entidades patronais incluíam os operários suspeitos de "subversão" e os condenavam, dessa maneira, ao desemprego permanente.

Protegidos pelo Estado dos fazendeiros, os industriais mantiveram-se inteiramente surdos às reivindicações dos operários, até a explosão das grandes greves de 1917-1919, em São Paulo, Rio de Janeiro e outros pontos do País. Por isso mesmo, não é casual que, justamente em 1919, o Congresso aprove a Lei de Acidentes do Trabalho — a primeira lei trabalhista do Brasil — e seja criada, na Câmara dos Deputados, a primeira Comissão de Legislação Social.

A persistente e maciça propaganda do Estado Novo conseguiu difundir eficazmente a falácia de que a legislação trabalhista brasileira não representou *conquista* do movimento operário, mas *outorga* do Governo presidido por Getúlio Vargas. O ditador e seu Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, inúmeras vezes proclamaram que o Governo

estadonovista outorgara espontaneamente aos operários brasileiros, sem conflitos e sem derramamento de sangue, a mais avançada legislação trabalhista do mundo. Estudos historiográficos recentes incumbiram-se de revelar as vigorosas lutas travadas pelo proletariado antes de 1930 e a conexão de tais lutas com as leis trabalhistas aprovadas também antes daquela data. Entre estas, podem ser citadas a lei que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões para os Ferroviários (1923), benefício depois estendido aos estivadores e marítimos (1926) e que, pela primeira vez, incluiu o dispositivo da estabilidade do empregado após dez anos de serviço; a lei de férias remuneradas, no limite de quinze dias (1925); e a lei de regulamentação do trabalho de menores (1927).

A tática do patronato deixara de ser a da rejeição liminar da legislação trabalhista em nome do liberalismo — ideologia política e econômica oficial na Primeira República. Admitida, em face das lutas operárias, a legitimidade da discussão do assunto, o patronato procurou ganhar tempo, conceder muito pouco em matéria legal e aplicar o mínimo ou mesmo nada do que ficasse registrado na lei. Basta dizer que a lei de acidentes do trabalho só teve sua regulamentação em 1935, quando começou a ser posta em prática. A lei de férias ficou quase no papel até 1932.



INDÚSTRIA E ECONOMIA DE EXPORTAÇÃO: AJUSTAMENTO E OPOSIÇÃO

Complementaridade e contradições

Referindo-se à aliança entre fazendeiros de café e industriais na luta política de 1930, Boris Fausto caracterizou esta aliança como manifestação de uma complementaridade *básica*. A meu ver, diante do que já expus e dos argumentos que se seguem, o correto seria falar em complementaridade *contraditória*.

Os industriais tinham na agricultura seu principal mercado consumidor, a fonte produtora do grosso de suas matérias-primas, fornecedores de capitais e geradores das divisas imprescindíveis à importação de matérias-primas e bens de capital (máquinas, equipamentos, material de transporte) ainda não produzidos no País.

Por seu lado, os latifundiários não cessam de proclamar que "o Brasil é um país essencialmente agrícola" e que a vocação natural de sua economia é agrária. Repetindo os argumentos da teoria dos custos comparativos, elaborada pelo economista David Ricardo, afirmam que a vantagem do Brasil consiste em exportar produtos agrícolas, cuja produção lhe sai barato, e importar manufaturados, cuja produção lhe sairia caro. Não obstante, enquanto se mantinha na faixa da produção de sacaria e dos artigos de baixa qualidade consumidos pelas camadas pobres ou daqueles cuja importação seria flagrantemente antieconômica (a exemplo dos materiais de construção), os latifundiários consideram normal a existência da indústria nacional. Esta representa um campo de inversão de capitais sobranes, as fábricas compram algodão, couros e outras matérias-primas de origem rural, enquanto os operários compõem um mercado crescente para gêneros alimentícios. Contudo, tal ajustamento era instável e sujeito a contradições e recomposições nem sempre de fácil arranjo.

É que a indústria, pelo imperativo da reprodução ampliada do capital, incursiona gradualmente nas faixas dos manufaturados importados de qualidade mais alta, com os quais pretende concorrer. Como, no entanto, tais manufaturados procedem de países avançados, que os produzem a baixo custo e podem vendê-los a baixos preços, a indústria nacional só teria condições de concorrência se o produto estrangeiro fosse encarecido por elevadas tarifas alfandegárias. Ao mesmo tempo, os industriais preci-

sam comprar matérias-primas e bens de capital de procedência estrangeira. Neste caso, interessa-lhes comprá-los a baixo preço e, por isso, opõem-se à aplicação de tarifas alfandegárias elevadas. A uma política de comércio exterior, que atenda a semelhantes exigências complexas, se denomina de *protecionismo*.

Os latifundiários produtores de gêneros de exportação defendiam uma política econômica oposta: a do *livre cambismo*. Ou seja, batiam-se pela ausência de barreiras alfandegárias que dificultassem a entrada de produtos estrangeiros. Esta é uma política que convém primordialmente aos países industrializados. Mas convém, por igual, às classes dos países atrasados vinculadas à exportação de produtos primários. Exportar o máximo com destino aos países ricos tem a contrapartida de importar também o máximo desses países. O que, por sua vez, correspondia plenamente aos interesses do comércio importador. Por isso, já no século passado, os porta-vozes parlamentares e jornalísticos dos cafeicultores e dos importadores insistem que a indústria brasileira favorecida pelas tarifas alfandegárias seria a responsável pela carestia. O argumento encontra receptividade nas camadas médias urbanas, em cujo seio fermenta, durante muito tempo, um sentimento de hostilidade à indústria nacional. Assim, ao contrário do que supõe N. W. Sodré, a pequena burguesia, durante a Primeira República, e ainda depois, não foi aliada da burguesia industrial, pois engrossava o coro antiindustrialista da cafeicultura e do

comércio importador.

Argumento antiindustrialista, muito difundido na época, era outrossim o que discriminava entre indústrias *naturais* e indústrias *artificiais*. As primeiras, aquelas que consumiriam apenas matérias-primas de origem nacional; as segundas, as obrigadas à importação de matérias-primas. Na prática, poucas indústrias dispensariam alguma importação de matérias-primas. Aliás, sob este aspecto, ocorriam contradições setoriais entre os próprios industriais, o que impedia sua coesão em defesa do protecionismo. As tecelagens opunham-se às fiações, uma vez que as primeiras preferiam abastecer-se com o fio estrangeiro mais barato e de qualidade superior. As fábricas de calçados preferiam adquirir o couro estrangeiro do que comprar sua matéria-prima nos curtumes nacionais. No geral, tudo isso contribuía para que a retórica dos políticos e jornalistas mais influentes classificasse a indústria brasileira como *fictícia* ou *de estufa*.

Tal contradição de classe, entre latifundiários exportadores e burguesia industrial, alcançaria, com frequência, graus de demasiada agudeza, não ocorressem duas circunstâncias atenuantes.

A primeira derivava do fato de que o Governo Federal teve no imposto de importação, até os anos 30, a fonte básica de sua receita orçamentária. Via-se obrigado, por conseguinte, a aplicar tarifas aduaneiras relativamente altas, porém com objetivo apenas fiscal. Por isso, as tarifas não eram elevadas ao ponto em que barrassem a importação, uma vez que,

neste caso, cairia a receita do respectivo imposto. Ademais, a elevação das tarifas costumava ser indiscriminada, incidindo também sobre os bens de produção estrangeiros indispensáveis à produção fabril nacional, o que contrariava os interesses dos industriais. Apesar disso, mesmo com tais aspectos negativos, criava-se razoável barreira protetora atrás da qual a produção industrial brasileira podia se desenvolver. Dentro de limites, no entanto, que logo adiante precisariam ser ultrapassados.

A segunda circunstância atenuante decorria da política cambial, isto é, da fixação da taxa de valor do dinheiro nacional medido pelo padrão, naquela época, da libra esterlina. Aos cafeicultores convinha que cada libra obtida com a exportação de café fosse trocada pela maior quantidade possível de mil-réis. A isto se chamava de *câmbio baixo*. O que também convinha aos industriais, pois o câmbio baixo encarcerava os artigos estrangeiros concorrentes, pelos quais seria preciso pagar uma quantidade maior de mil-réis em confronto com o preço original em libras. Se, em tal caso, coincidiam as vantagens de cafeicultores e industriais, os prejudicados, obviamente, eram os comerciantes importadores. A fim de levar vantagem na concorrência e vender a maior quantidade possível, estes últimos só podiam preferir o *câmbio alto*, que barateava os artigos estrangeiros. Prejudicados também saíam os consumidores, para os quais a desvalorização cambial significava redução do poder de compra, segundo o mecanismo de "socialização das perdas" explicado por Celso Fur-

tado.

A questão do câmbio implicava, contudo, outra instância e introduzia uma contradição no seio da representação política dos próprios cafeicultores. Ao nível imediato dos seus interesses como produtores, representados politicamente pelo Governo estadual de São Paulo, os cafeicultores advogavam sempre o câmbio baixo. Entretanto, como fração de classe hegemônica, controlavam também a instância política superior — o Governo Federal. Este devia zelar pela estabilidade do câmbio e pela conversibilidade do mil-réis — exigências dos credores da dívida externa brasileira, principalmente os bancos ingleses. Tais credores opunham-se às medidas conducentes à desvalorização cambial, uma vez que, em consequência, se dificultava o pagamento regular dos empréstimos externos. Também eram contrários à desvalorização cambial as poderosas empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos, cujas tarifas em mil-réis perdiam valor-ouro com a queda do câmbio. Tais circunstâncias deram lugar a episódios em que os cafeicultores paulistas se desentenderam com presidentes da República por eles eleitos e exemplarmente representativos dos seus interesses, como Rodrigues Alves e Washington Luís.

Em todo este jogo tão complicado, a burguesia industrial esteve longe de se comportar com a passividade que lhe atribuem alguns historiadores, os quais a descrevem como beneficiária de mecanismos econômicos que funcionaram a seu favor sem carecer de sua intervenção política. No concernente às ques-

tões do protecionismo e da taxa cambial, a obra de Nícia Vilela Luz é rica de informações acerca das ofensivas e contra-ofensivas da burguesia industrial. Para os fins de uma exposição introdutória, três momentos significativos devem ser assinalados.

O primeiro momento é o da ofensiva protecionista consubstanciada no projeto do deputado mineiro João Luís Alves, apresentado à Câmara Federal em 1904, precedido pela doutrinação de Amaro Cavalcanti e Serzedelo Correia. O projeto foi defendido energicamente por Jorge Street, por Vieira Souto e pelo Centro Industrial do Brasil, durante as discussões que se arrastaram até 1907. Mas a oposição da cafeicultura paulista e de Leopoldo Bulhões, Ministro da Fazenda do Governo Rodrigues Alves, levou a proposta parlamentar a encalhe irremediável.

A partir daí, os industriais abandonaram a pretensão de alcançar a aprovação de uma lei protecionista geral e adotaram a tática de lutar por objetivos parciais restritos. À medida que a indústria se desenvolvia e invadia novas faixas do mercado abastecido por importações, surgia a necessidade de novos ajustes tarifários, conseguidos por via do suborno ou de manobras variadas.

O segundo momento é o da ofensiva antiprotecionista de Homero Batista, Ministro da Fazenda do Governo Epitácio Pessoa, em 1919. Tal era, porém, a força já conquistada pela burguesia industrial que a proposta de redução das tarifas aduaneiras (atingindo, supostamente, apenas as indústrias *artificiais*) não passou na Câmara dos Deputados, com a opo-

sição, em particular, da bancada do Partido Republicano Paulista (PRP).

O terceiro momento é o que veremos a seguir.

Café e indústria na década de vinte

Já no início dos anos 20 do século atual, o chamado "complexo cafeeiro" deixara de ser fator positivo para o desenvolvimento industrial e se convertera, nitidamente, em obstáculo. A expansão da cafeicultura ganharia ritmo paroxístico, acentuando a deformação monocultora, desviando investimentos não somente da indústria como também da agricultura de mercado interno e impondo outras medidas de uma política econômica que devia culminar em desastre.

Após o terceiro plano de valorização em 1921-1922, o Governo do Estado de São Paulo, aliado aos governos de outros Estados cafeeiros, pôs em prática, a partir de 1924, o que se chamou de "defesa permanente do café". A retenção de estoques para a sustentação dos preços passava a ser aplicada sem solução de continuidade, com financiamento de bancos internacionais, para os quais tal especulação vinha sendo lucrativa. Enquanto as cotações do café se tornavam sempre mais estimulantes, nenhuma medida se tomou para controlar o plantio de novos cafezais. Em São Paulo, o número de cafeeiros sobe, entre 1921 e 1930, de 844 milhões para 1 188 milhões, com um acréscimo absoluto de 344 milhões de pés de café e

um aumento relativo de 40%. Mas a política de valorização permanente induz crescimento ainda maior em outros Estados cafeeiros, sobretudo em Minas Gerais e no Espírito Santo. Com exceção de São Paulo e no mesmo período 1921-1930, o número de cafeeiros sobe de 887 milhões para 1 343 milhões: um aumento de 456 milhões de pés de café, representando 51% a mais. Entre 1924 e 1929, o café chega a alcançar a média anual de 73% do valor total da exportação brasileira. Na safra agrícola de 1931-1932, os cafezais ocupavam nada menos de 36% de toda área cultivada no Brasil!

A indústria continuou a se desenvolver neste período, porém o fez em ritmo mais lento e com dificuldades crescentes. Em primeiro lugar, a expansão da cafeicultura absorve capitais que desvia da indústria, ao contrário do que sucedera no período 1906-1920. Em segundo lugar, a abundante disponibilidade de divisas decorrentes da prosperidade da exportação permite o afluxo impetuoso das importações, o que repercutirá negativamente, em especial, na indústria têxtil, precisamente numa fase em que se propunha concorrer na faixa de mercado dos tecidos mais finos.

Desta situação dão conta as taxas médias anuais de crescimento da produção física brasileira, no período 1920-1929: produção agrícola total — 4,1%; agricultura de exportação — 7,5%; agricultura de mercado interno — 1,6%; produção industrial — 2,8%.

A indústria paulista de tecidos de algodão via-se

acuada pela concorrência dos tecidos ingleses e vinha tendo desempenho medíocre. Nos anos 1927-1928, sofre queda brusca de 25% na sua produção. Os industriais paulistas e cariocas desencadeiam uma campanha publicitária cautelosa no sentido da elevação da proteção tarifária para certos tipos superiores de tecidos. De maneira intencional, evitam propostas de alteração depreciativa da taxa cambial, cuja estabilidade constituía questão fechada para Washington Luís, pois nela residia a pedra de toque do relacionamento com a finança internacional.

A Câmara Federal aprovou, em 1929, uma elevação parcial de tarifas alfandegárias, pleiteada e formulada em projeto defendido por Manoel Villaboim, líder da bancada do PRP. Tal resultado confirmará na burguesia industrial o comportamento conservador, segundo a linha de menor atrito e final acomodação com os interesses hegemônicos da cafeicultura. Apesar de tais interesses já constituírem, naquele momento, o principal entrave ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.



A VIRADA DE 1930

Uma revolução que não houve

Durante muito tempo, considerou-se ponto pacífico a tese de que, em 1930, foi vitoriosa uma revolução e, ademais, uma *revolução burguesa*. O historiador N. W. Sodrê incumbiu-se de dar a esta tese o melhor de sua capacidade de fundamentação. Examinemos a questão nos seus aspectos principais.

Se aceitarmos a concepção segundo a qual toda revolução consiste na substituição de um modo de produção antiquado por outro novo e pela derrubada da velha classe dominante do Poder político e sua conquista por uma nova classe dominante, então deveremos concluir que, em 1930, não houve revolução no Brasil. Nenhuma alteração ocorreu na estrutura econômica da sociedade e o controle do Poder político nacional não mudou de classe. Tal controle passou da fração cafeicultora dos latifundiários

para uma composição diferente da mesma classe de latifundiários, na qual predominavam os segmentos ligados ao mercado interno.

Na disputa pela sucessão presidencial de 1930, a burguesia industrial — conforme demonstrou Boris Fausto — optou por Júlio Prestes, candidato de Washington Luís e do PRP. Tal posição foi publicamente manifestada, em São Paulo e no Rio, pelas mais representativas entidades do patronato industrial.

Em contraposição, ao assumir o Poder em seguida ao vitorioso movimento político-militar de outubro de 1930, Getúlio Vargas e sua equipe ministerial não possuíam qualquer projeto de incentivo especial à industrialização. As medidas iniciais de maior relevância do Governo Vargas destinaram-se à proteção de vários setores da agropecuária, inclusive a cafeicultura, cujos estoques invendáveis passaram a ser comprados e queimados pelo Governo Federal.

Ainda em 1935, o Governo Vargas teria agudo confronto com a burguesia industrial, por ocasião da discussão e aprovação de um tratado comercial com os Estados Unidos. O tratado previa tarifas privilegiadas para a entrada de produtos manufaturados norte-americanos no mercado brasileiro, com a contrapartida da concessão de vantagens para a entrada de café e outros produtos primários brasileiros no mercado norte-americano. Uma vez que vários entre os manufaturados norte-americanos assim favorecidos iriam concorrer com similares já produzidos no Brasil, a burguesia industrial se opôs à aprovação do

tratado comercial, manifestando-se por intermédio de líderes tão influentes como Roberto Simonsen, Vicente de Paulo Galliez e Euvaldo Lodi. Do lado oposto, o tratado foi defendido pelos representantes da cafeicultura, por Valentim Bouças, porta-voz dos comerciantes importadores, e por Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores. Diante do prolongamento dos debates no Congresso e das pressões norte-americanas, Vargas interveio pessoalmente a fim de apressar a ratificação parlamentar.

Todavia, é inegável que, nos anos 30, a indústria brasileira deu um salto à frente e se reforçou a influência política da burguesia industrial. Se não houve uma revolução, é também inegável que ocorreu uma virada na evolução histórica do País.

Nova correlação de forças sociais e desenvolvimento do capitalismo

O movimento político-militar de 30 realizou uma tarefa importante para desobstruir o caminho ao desenvolvimento do capitalismo: apeou do Poder a oligarquia dos fazendeiros de café e dos seus associados do capital bancário e comercial, a qual governava o Brasil há quarenta anos. A Grande Depressão de 1929-1933 golpeou violentamente a cafeicultura e contribuiu para que, no quadro da nova correlação de forças sociais, se tornasse irreversível a substitui-

ção da produção exportável pela produção para o mercado interno como eixo do sistema econômico.

Com a queda vertical do valor das exportações, caiu também a capacidade para importar e as forças produtivas industriais avançaram com celeridade, apoiadas na acumulação precedente. De 1933 a 1939, a taxa média anual de crescimento da indústria de transformação foi de 11%, a mesma do ramo têxtil, que se recuperou da estagnação da década de 20. Os ramos de minerais não-metálicos e de metalurgia — ambos do departamento produtor de bens de produção — aumentaram seu produto a taxas médias anuais, respectivamente, de 20 e de 21%. Em 1919, a composição do produto físico nacional, em termo de valor líquido, era de 79% para a agricultura e de 21% para a indústria; em 1939, a participação da agricultura caía para 57%, enquanto a da indústria subia para 43%. Mesmo no âmbito da agricultura, no período de 1930 a 1939, a produção das culturas para o mercado interno aumentou a uma taxa média anual de 3,3%, ao passo que a taxa correspondente das culturas de exportação foi de 2,2%.

Refletindo a consciência mais avançada dos seus interesses de classe, a burguesia industrial formulou nos anos 30 um projeto abrangente e diversificado de suas reivindicações. Sua tônica continuou antiliberal, como sempre fora, mas deixou de se restringir à questão do protecionismo no comércio exterior. Os porta-vozes da burguesia industrial — Simonsen, Horácio Láfer, Euvaldo Lodi, Guilherme Guinle e

outros, timbram em estabelecer identificação entre industrialização e interesse nacional, repelem as acusações de artificialismo da indústria brasileira, enfatizam sua legitimidade e se batem por uma política explícita de intervenção do Estado em favor da iniciativa privada capitalista.

Apesar da hostilidade ou da desconfiança mútua nos primeiros anos do pós-30, a tendência, que acabou prevalecendo, foi a da aproximação entre os industriais e o Governo Vargas. Daí que o conjunto da burguesia, com particular realce para a burguesia industrial, houvesse apoiado sem vacilações o golpe de 10 de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo e deu a Getúlio Vargas, durante oito anos, poderes ditatoriais.

Atitudes da burguesia diante da legislação trabalhista

Com a vitória da Aliança Liberal em 1930, inaugurou-se nova fase nas relações entre o Estado e a classe operária. A valorização historiográfica das lutas da classe operária não deve obscurecer este fato.

A tática da repressão não se atenuou. Ao contrário, aperfeiçoou-se com a criação das Delegacias de Ordem Política e Social, especializadas no combate ao movimento sindical independente, ao Partido Comunista e à esquerda em geral. Contudo, o que sucedeu de realmente novo foi que o Governo Vargas pôs em prática uma linha *coerente e sistemática* de

conquista ideológica da classe operária e de disciplinamento de suas organizações sindicais sob o controle direto do Estado. Como responsáveis pelo Estado, Vargas e sua equipe demonstraram uma intuição geral da dinâmica social que faltava ainda aos líderes saídos do próprio meio burguês. Enquanto estes continuavam presos a uma visão economicista e corporativa dos interesses de classe, Vargas e seus ministros podiam perceber a gravidade da "questão operária" e enfrentá-la com a aplicação de uma orientação que, se aparentemente conflitava com os interesses imediatistas da burguesia, correspondia aos seus objetivos gerais e de longo prazo.

Além da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foram aprovadas leis como as da jornada de oito horas, salário mínimo, de regulamentação do trabalho de mulheres, das convenções coletivas de trabalho e da extensão da estabilidade aos dez anos de serviço à generalidade das categorias profissionais. O mais importante consistiu, porém, no fato de que, da parte do Estado, houve a percepção de que a legislação trabalhista não devia ficar no papel, mas precisava ser aceita e aplicada pelo patronato a fim de que atingisse sua finalidade de submissão ideológica e organizativa da classe operária. Daí a instituição da Justiça do Trabalho, dotada de elementos burocráticos para impor certo nível de eficiência à legislação específica.

Confluindo para o mesmo fim, o Governo Vargas ampliou, sobretudo na fase do Estado Novo, os mecanismos de previdência social e deu a esta pro-

porções desconhecidas no período anterior a 30. Surgiram os vários institutos previdenciários, que construíram hospitais e conjuntos residenciais para operários e setores da baixa classe média. Ao mesmo tempo, as greves ficaram rigorosamente proibidas.

Tais medidas, *aliadas à repressão policial*, proporcionaram as condições básicas que conduziram à supressão da independência dos sindicatos e sua estruturação corporativista de inspiração fascista, segundo os princípios orgânicos de unicidade, verticalidade e enquadramento oficial tutelado pelo Estado.

Saliente-se, a propósito, que toda esta política multilateral teve em mira somente os trabalhadores urbanos, porque somente eles dispunham de organização, realizavam lutas de massa e já recebiam a influência de idéias revolucionárias. A situação dos trabalhadores do campo permaneceu intocada, em nada se alterando as formas da tradicional dominação latifundiária.

No entanto, como reagiu o patronato a todo este processo?

Seria ingênuo esperar a aceitação automática e plena da nova política trabalhista do Estado pela burguesia. A tônica das suas lideranças não residiu propriamente na rejeição daquela política, porém na restrição ao suposto exagero dos "encargos sociais". O patronato discutiu acirradamente ínfimos detalhes da elaboração da legislação trabalhista, seguindo a tática de reduzir ao mínimo e protelar ao máximo as concessões aos trabalhadores.

Não deixou, contudo, de expressar sua afini-

dade ideológica com as autoridades governamentais na linha da colaboração de classes e da paz social. Ou seja, numa linguagem desmistificada: na linha da criação das condições ideais para explorar a força de trabalho e extrair dela a mais-valia.

Uma posição burguesa mais avançada foi, sem dúvida, a de Roberto Simonsen. Ao contrário dos seus pares, que ainda insistiam em qualificar os operários como ignorantes e preguiçosos, o líder industrial paulista reconheceu que os salários eram baixos e irrisório o nível de consumo do povo brasileiro. Com sagacidade, antecipou-se à retórica oficial em várias décadas, pois, em síntese, afirmou ser inviável dividir o bolo enquanto este não crescesse. Para tal fim, reclamou a proteção do Estado ao desenvolvimento da indústria nacional.



BURGUESIA E ESTADO

O Estado como agente empresarial

A ideologia burguesa elaborou-se na Europa no quadro da luta contra a camisa-de-força das instituições feudais e, em consequência, adquiriu a forma de um liberalismo extremado e intransigente. O Estado não devia ter nenhuma participação na atividade econômica e sua função legítima seria tão-somente a de *gendarme*, que se restringisse a impor a todas as partes interessadas — dos capitalistas aos operários — o cumprimento das regras do jogo da sociedade burguesa.

A burguesia brasileira nasceu sob a influência do liberalismo e do seu princípio fundamental: o da *liberdade da iniciativa privada* ou da *livre empresa*. Mas, se o liberalismo *absoluto* nunca foi realidade em país algum, menos ainda o seria no Brasil, cujo capitalismo partiu de uma acumulação originária do

capital muito mais fraca do que na Europa e nos Estados Unidos.

O Segundo Império e a Primeira República se destacaram, em particular, pela construção de estradas de ferro. Em 1929, quase metade da rede ferroviária era já de propriedade estatal.

Durante os anos 30, os porta-vozes dos industriais enfatizaram dois pontos: 1º — necessidade de financiamento do Estado para a industrialização; 2º — criação pelo próprio Estado de núcleos da moderna indústria de base (ferro e aço, produtos químicos, petróleo), cuja construção se achava fora do alcance do capital privado.

No referente ao financiamento estatal, o primeiro Governo Vargas encaminhou-o no âmbito das necessidades do capital de curto prazo. Em 1937, começou a funcionar a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, cujas atribuições, a princípio muito limitadas, se ampliaram sob pressão das entidades representativas dos industriais. O financiamento estatal a longo prazo, indispensável à indústria pesada, cuja maturação costuma durar vários anos, só veio no segundo Governo Vargas, com a fundação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A princípio voltado para a sustentação das empresas estatais, às quais, em 1964, dedicava 90% de seus recursos, o BNDE, em 1975, já destinava a mesma proporção às empresas privadas. De modo geral, por exigência da própria iniciativa privada, alargou-se a atuação do Estado na esfera financeira. Em 1979, os

empréstimos dos bancos estatais representaram 65% do total de empréstimos dos 50 maiores bancos comerciais, cabendo 41% somente ao Banco do Brasil.

Nos anos 40, teve início a atuação empresarial do Estado no âmbito da moderna indústria de base. Surgiram a Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda), a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Alcalis e a Fábrica Nacional de Motores (FNM). A industrialização nacional ingressava, decididamente, numa etapa mais alta.

Nos primeiros anos da década dos 40, o Governo Federal já dirigia também diversos institutos reguladores da produção e da comercialização de produtos primários (café, açúcar e álcool, cacau, sal, mate, pinho) e formara alguns Conselhos de assessoria para questões econômicas. Amadureceram, dessa maneira, as condições para que, em 1944, através de pareceres e discursos, Roberto Simonsen propusesse a idéia do planejamento da atividade econômica do Estado como instrumento de aceleração da industrialização. A idéia se fundava numa perspectiva de longo prazo, levando em conta o fim próximo da guerra mundial, e incluía a obtenção de um financiamento geral procedente dos Estados Unidos. (Em 1947, o notável líder industrial, intelectual e político propugnaria a extensão do Plano Marshall à América Latina, tendo em vista o Brasil, como é óbvio).

Da oposição às propostas de Simonsen se incumbiram Eugênio Gudín, Valentim Bouças e Octávio Gouvêa de Bulhões. Essa oposição momentaneamente vitoriosa apareceu como reação ao avanço

industrial nacional e, em nome do liberalismo, defendeu o retorno ao modelo agro-exportador, com admissão apenas de uma industrialização restrita. Gudín, em particular, não deixaria de advertir que o planejamento econômico pelo Estado encerrava o perigo de abrir caminho em direção à sociedade totalitária comunista.

A tendência ao crescimento do setor estatal da economia revelou-se, porém, incoercível, afirmando-se com a criação da PETROBRÁS, da Rede Ferroviária Federal e da ELETROBRÁS. Nem mesmo as forças políticas promotoras do golpe militar de 1964, apesar de suas proclamações antiestatistas, conseguiram deter essa tendência. Pelo contrário, o número das empresas estatais aumentou muito mais do que no período anterior: em 1976, das empresas estatais então existentes, 60% haviam sido fundadas depois de 1966.

Ocorre, ademais, que os governos pós-64, justamente pelo empenho em modernizar o capitalismo brasileiro, conseguiram colocar as empresas estatais sobre os trilhos da eficiência capitalista. Decerto, não lograram livrá-las de todo dos males das administrações incompetentes, das negociatas e dos desperdícios, ainda mais porque o regime militar põe os diretores de empresas estatais fora do alcance da fiscalização por parte da oposição política. Além disso, a lucratividade de certas empresas estatais, como as siderúrgicas, vê-se afetada, em alguns momentos, pelos planos antiinflacionários governamentais, que impõem a contenção administrativa dos preços dos

seus produtos, o que, afinal, resulta numa subvenção do Estado ao capital privado. Feitas estas ressalvas, constata-se que, em média, as empresas estatais das indústrias extrativa e de transformação e dos serviços industriais (energia elétrica e comunicações) ostentam lucratividade invejável, comparável à do capital privado. Além de atuarem em condições monopolistas, contam com fundos especiais criados pelo Governo e com o acesso privilegiado ao financiamento internacional. Daí que a participação das empresas estatais na formação bruta de capital fixo (investimento nacional em edificações e instalações produtivas, maquinaria, equipamentos e material de transporte) haja saltado de 13%, em 1965, para 25%, em 1975.

A longo prazo, a visão de Roberto Simonsen revelou-se muito superior à do seu adversário Gudin, na polêmica de 1944. O governo Castello Branco criou um poderoso órgão de planejamento e, curiosamente, na sua direção se sucederam economistas afinados com as idéias de Gudin — desde Roberto Campos até Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto. O planejamento (tecnicamente denominado de *indicativo*) não conduziu ao comunismo, mas fortaleceu o capitalismo.

Antiestatismo e burguesia de Estado

Definido tal quadro, cabe responder, conquanto sumariamente, a duas questões.

A primeira refere-se às campanhas *antiestatistas* recorrentes, em cuja promoção se associam a burguesia brasileira e as multinacionais. Quais as motivações dessas campanhas?

Do ponto de vista doutrinário, a burguesia brasileira e os dirigentes das multinacionais não podem deixar de sentir que a participação crescente do Estado na atividade econômica representa uma brecha grave no sagrado princípio capitalista da livre empresa. Cada empresa estatal bem-sucedida como que constitui demonstração prática de que os capitalistas privados podem ser dispensados enquanto agentes do processo econômico. Por isso, a repetição monótona de argumentos antiestatistas funciona como exorcismo para a consciência burguesa e para a chamada opinião pública. Esta má consciência burguesa foi expressivamente manifestada pela declaração de Sérgio Schapke, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, acerca do recente decreto de privatização de empresas sob controle estatal: "O governo volta a acreditar nos empresários como os mais capazes para administrar e gerar bons resultados em um empreendimento".

Do ponto de vista conjuntural, as campanhas antiestatistas não visam extinguir o setor estatal da economia, uma vez que a própria burguesia está convencida de que isso seria impossível e percebe — o que é mais importante — que o setor estatal tem representado formidável alavanca para o desenvolvimento do modo de produção capitalista e, por conseguinte, para o fortalecimento do próprio capital

privado. Nas circunstâncias brasileiras, só o Estado disporia de condições para concentrar com rapidez os imensos recursos requeridos pela construção da infra-estrutura da moderna produção industrial e para o financiamento do capital privado a longo prazo, com juros baixos ou mesmo negativos e outras vantagens decisivas. O que tais campanhas questionam são os *limites* admissíveis do setor estatal da economia.

Com o fortalecimento recente de alguns grupos privados do capital bancário, surgiu, por exemplo, a campanha contra a "estatização do crédito", manifestada em pronunciamentos de Magalhães Pinto e Olavo Setubal, ex-presidentes, respectivamente, do Banco Nacional e do Banco Itaú. É evidente que os bancos privados cobiçam os gordos recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Assistência ao Servidor Público (PASEP), fundos criados pelo Estado e administrados pelo BNDE. Porém semelhante pretensão do capital bancário privado em absoluto coincide com os interesses da burguesia industrial, antes agravando as contradições entre ambos.

Como não podia deixar de ser, as empresas estatais, por seu caráter capitalista, não escapam à necessidade da reprodução ampliada do capital. Por isso, crescem e ultrapassam os limites aos quais deveriam obedecer, segundo o consenso da burguesia ou até mesmo por lei expressa. Em consequência, geram-se áreas de atrito e contestação que, vez por outra, inflamam as campanhas contra a estatização.

Assim é que a Vale do Rio Doce, a PETROBRÁS e as grandes siderúrgicas estatais criaram suas próprias subsidiárias especializadas em projetos e serviços de engenharia. Por motivos óbvios, isto não agradaria a Henry Maksoud, proprietário da Hidroservice, uma das maiores empresas privadas do ramo da engenharia e para a qual, em decorrência, o mercado interno se contraiu sensivelmente. Sem omitir respeitáveis razões doutrinárias, não se pode deixar de suspeitar que este fato tão palpável impeliu Maksoud a assumir o papel de campeão do antiestatismo. Aliás, a pregação antiestatista não é incompatível com o privilégio de receber subsídios do Estado, como o demonstra a notícia de fevereiro de 1981 segundo a qual os proprietários do *Jornal do Brasil* e de *O Estado de S. Paulo* aceitaram o financiamento de 70% dos investimentos e a participação acionária do BNDE na fábrica de papel de imprensa que pretendem instalar no Paraná.

Os decretos do Executivo acerca da contenção da criação de novas empresas estatais e de privatização de certo número de empresas sob o controle do Estado, promulgados em julho de 1981, provocaram nova onda de publicidade antiestatista. Deram-lhe apoio empresários de posições tão divergentes em face do capital estrangeiro quanto Antônio Ermírio de Moraes e Augusto Trajano de Azevedo Antunes. O primeiro, atual superintendente do grupo Votantim, elogiou o Ministro Delfim Netto porque sua administração na Secretaria do Planejamento serviu para "(...) segurar o avanço das estatais". E Azevedo

Antunes — magnata da exportação de minérios, sócio da Bethlehem Steel e da Hanna — elogiou o Presidente Figueiredo pelo fato de, em dois anos e meio de governo, não haver criado nenhuma nova empresa estatal: um recorde há muito não verificado.

É explicável que, a partir de 1975, o clamor antiestatista da burguesia ganhasse um tom estridente. Tornados mais escassos, os recursos econômicos passaram a ser objeto de disputa acirrada entre empresas privadas e estatais, de tal maneira que a contenção destas últimas pareceu solução imperativa imediata para o empresariado. A par disso, o poderio alcançado por vários grupos da burguesia brasileira incitou-os a cobiçar a absorção de algumas empresas estatizadas com perspectiva de lucratividade por demais atraente.

É improvável, contudo, que as intenções privatizantes ora acesas consigam reduzir o peso específico do setor estatal na economia brasileira.

Por fim, a segunda questão: teria o setor estatal engendrado uma "burguesia de Estado", ou seja, uma burguesia juridicamente não-proprietária dos meios de produção, diferenciada pelos interesses e pelo comportamento?

A tese sobre a existência da "burguesia de Estado" tem sido defendida, no exterior, por Charles Bettelheim, com relação à União Soviética, e por Samir Amin, com relação a países do Terceiro Mundo. Aqui, no Brasil, argumentaram a seu favor Fernando Henrique Cardoso e Carlos Estevam Martins, autores que apontaram para a formação de uma

camada de administradores de empresas estatais que perseguem a expansão destas como um fim próprio e até se propõem a hegemonia no sistema econômico-social.

A meu ver, a intensificação da atuação econômica do Estado lhe atribuiu, no Brasil, elevado grau de autonomia de decisões, nas condições de militarização do aparelho estatal pós-64. Tal autonomia explica, por exemplo, empreendimentos desastrosos como o da Transamazônica, no Governo Médici, ou que o Governo Geisel decidisse, entre quatro paredes e por conta própria, aprovar o acordo com a Alemanha Ocidental para a execução de um programa tão irracional e de intenções tão suspeitas como o da instalação de oito usinas nucleares, implicando desperdício clamoroso de recursos que o empresário Antônio Ermírio de Moraes já criticou mais de uma vez. Apesar disso, a autonomia do Estado não lhe confere primazia sobre a classe dominante, nem tampouco daí cabe deduzir que se tenha gerado uma "burguesia de Estado" com objetivos específicos ou divergentes da burguesia propriamente dita.

Os altos administradores das empresas estatais são servidores do capitalismo ao mesmo título que os altos administradores das empresas privadas. Uns e outros são profissionais cujos ordenados e mordomias contêm uma parcela de mais-valia, o que, entretanto, não lhes tira o caráter de empregados do capital, seja privado ou do Estado, com as limitações e a instabilidade próprias da condição de quem é empregado e não patrão. Uns e outros obedecem à

mesma lógica da eficiência capitalista resumida, em última instância, na taxa de lucro. Demais, acham-se ligados por múltiplas conexões e são intercambiáveis, isto é, podem passar com facilidade do setor estatal ao privado ou vice-versa. É certo que os administradores das empresas estatais costumam ser afetados por injunções políticas, porém estas decorrem do jogo de forças na classe dominante em cujo meio se resolvem.

Para encerrar, penso que o conceito de burguesia se define por determinado tipo de *propriedade* dos meios de produção e não pela *função de controle*, qualquer que seja o nome que lhe atribuam. Nas condições da dominação de classe da burguesia, as empresas estatais constituem uma propriedade *coletiva* dos capitalistas, entregue ao controle e administração de seu representante concentrado e supremo — o Estado.



BURGUESIA E CAPITAL ESTRANGEIRO

Padrão de investimento estrangeiro antes de 1930

Na vastidão do tema deste capítulo, devo restringir-me a alguns tópicos. Um deles concerne à mudança de atuação do capital imperialista no decorrer do século XX. No caso do Brasil, em particular, tendo como marco divisor a Grande Depressão de 1929-1933.

No período que começa no século passado e vai até 1930, o grosso das inversões estrangeiras no Brasil coube ao capital inglês. A maior parte delas assumiu o caráter de investimento *indireto*, isto é, veio sob a forma de empréstimos contraídos pelo Estado.

Os investimentos *diretos*, sob a forma de empresas de propriedade estrangeira, concentravam-se na área dos serviços básicos de utilidade pública: extra-

das de ferro, companhias de navegação, portos, transportes e comunicações urbanas, fornecimento de energia elétrica, etc. Tais serviços absorveram 59% do investimento direto estrangeiro, entre 1860-1902, e 62%, entre 1903-1913.

Contudo, mesmo naquela época, já aparecem empresas estrangeiras na esfera da indústria de transformação. Em 1883, um consórcio inglês montou, em Juiz de Fora, a Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, que, em 1914, empregava 637 operários. O grupo industrial Moinho Inglês iniciou suas atividades no Brasil em 1886. Mas as empresas industriais estrangeiras, durante muito tempo, tiveram pequena significação. De 1860 a 1902, representaram 4% do investimento direto estrangeiro; de 1903 a 1913, atingiram 7%.

Até a Segunda Guerra Mundial, o tipo de investimento do capital imperialista nos países atrasados, amplamente dominante em escala mundial, visava a extração predatória de matérias-primas, os empréstimos financeiros escorchantes e a exploração monopolista de serviços públicos. No referente a artigos manufaturados — sobretudo bens de consumo durável e bens de produção —, as potências imperialistas preferiam exportá-los de suas matrizes para os países atrasados do que produzi-los neste últimos. Tivemos aí o quadro geral que veio a inspirar a conclusão teórica sobre a incompatibilidade entre capital imperialista e industrialização dos países com variados graus de dependência.

É curioso observar que Marx, Rosa Luxemburg

e Lênin pensavam de maneira oposta, ou seja, consideravam que as inversões dos países industrializados deviam provocar o desenvolvimento do capitalismo nos países coloniais e semicoloniais. No entanto, tal idéia desses autores clássicos — aliás, por eles pouco elaborada, diante da escassez de material empírico — foi abandonada e prevaleceu, nos meios marxistas, a corrente teórica que culminou na tese de Paul Baran (v. *A Economia Política do Desenvolvimento*): o capital imperialista não podia ter qualquer espécie de interesse na industrialização dos países atrasados e constituía o principal obstáculo a essa industrialização.

Mudança de padrão, suas causas e conseqüências

A obra de Baran tem sua verdade, porém é unilateral. Refere-se a *determinado* período da economia mundial e faz uma generalização que, na década dos 50, quando foi escrita, já era inadequada para o Brasil e mais uns poucos países do chamado Terceiro Mundo.

Com vistas apenas ao Brasil, a verdade é que o capitalismo nele se desenvolveu desde o século passado e não por indução das inversões estrangeiras — como suporiam Marx, Luxemburg e Lênin —, mas pela criação de fontes internas de acumulação originária do capital, a partir do escravismo colonial,

conforme expus no começo deste volume. As inversões estrangeiras certamente exerceram alguma influência no processo, mas secundária.

Nos anos 40 do século XX, o peso específico da produção industrial no Brasil já era substancial. Nos anos 50, tornou-se por demais evidente que o País representava considerável mercado para produtos industriais, o qual seria rapidamente ampliado pelo chamado processo de substituição de importações, se entendido nas suas múltiplas repercussões diretas e indiretas, reveladas pela análise de Maria da Conceição Tavares (*Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*). Por conseguinte, a mudança do padrão de investimento do capital imperialista com relação à industrialização brasileira não pode ser encarada unicamente como consequência de uma nova divisão internacional do trabalho, determinada pelo capital financeiro das grandes potências, seguindo a interpretação corrente dos adeptos da teoria da dependência. Verifica-se, aqui, um processo de interação, cujo pólo dinâmico se alterna entre o capital brasileiro e o capital imperialista. A internacionalização da economia mundial, impulsionada pelas forças produtivas modernas e promovida, no mundo capitalista, pelas firmas multinacionais, produz efeitos muito diversos conforme seja o meio interno de cada país. Brasil, Barbados e Camarões são todos países dependentes e, no entanto, profundamente diferenciados. O processo de internacionalização da economia adquiriu no Brasil características peculiares, decorrentes do seu desenvolvimento

nacional e só por ele explicáveis.

Ultrapassado o período 1930-1945, que abrange a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, quando se manteve estagnado o fluxo de capital imperialista em direção aos países atrasados, o capital norte-americano, no auge da sua hegemonia mundial, passou a fazer consideráveis investimentos industriais no Brasil. Na década dos 50, a recuperação da economia européia e japonesa começou a trazer ao Brasil o investimento de concorrentes dos Estados Unidos. Em 1955, tanto a economia brasileira quanto a dos países avançados já se encontravam em condições de disponibilidades e padrão de comportamento recíproco que viabilizavam o célebre Plano de Metas do Governo Kubitschek. O Plano de Metas não só facilitou o afluxo de volume concentrado de capital estrangeiro, como contribuiu para mudar o perfil dos seus investimentos diretos no Brasil.

Se acompanharmos a evolução do capital norte-americano, teremos o seguinte quadro:

INVESTIMENTOS DIRETOS DOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL

Anos	Total (em milhões de dólares)	Percentual na Indústria de Transformação
1929	194	23
1950	644	44
1955	1 107	51
1959	1 301	75

Em 1971, do capital estrangeiro total aplicado sob a forma de empresas, 82% se situavam na indús-

tria de transformação e apenas 5% nos serviços públicos. Em 1980, a proporção na indústria de transformação continuou de longe prioritária, mas baixou para 74%, principalmente em virtude do espetacular aumento de 12 para 23% nas aplicações no item *serviços*, que inclui comércio, finanças, seguros, consultoria, turismo, publicidade e correlatos. Mas, nos *serviços públicos*, o capital estrangeiro quase desapareceu. Não posso deter-me, aqui, nas conseqüências da forma específica que assumiu o investimento industrial do chamado capital multinacional. Os rumos da industrialização brasileira foram afetados pela concentração fortemente desproporcional dos investimentos estrangeiros, diretos e indiretos, nos ramos produtores de bens de consumo durável (segundo definição corrente, bens cujo uso mínimo é de três anos): automóveis, aparelhos eletro-eletrônicos, utensílios diversos e bens complementares. Considero, todavia, uma ilusão de óptica a afirmação de que a economia brasileira passou a ser comandada pelo "departamento de bens de consumo para capitalistas", o que me parece aplicação simplista e impertinente do esquema de reprodução do capital elaborado pelo economista polonês Michal Kalecki (v. Afrânio Mendes Catani, *O Que É o Capitalismo*, p. 124 e segs.). É concebível que a economia do Principado de Mônaco possa ser comandada por um "departamento de bens de consumo para capitalistas", nunca a de um país como o Brasil. Já se tornou excessiva a evidência de que as firmas estrangeiras fabricantes de bens de consumo duráveis insta-

laram-se no Brasil para a produção em escala de massa, cujo mercado inclui, no fundamental, os assalariados das camadas médias e de faixas não negligenciáveis dos trabalhadores manuais.

A questão, para a qual desejo chamar a atenção, é outra. São por demais conhecidas as análises e denúncias que caracterizam o capital estrangeiro pela metáfora da "bomba de sucção": num lapso de tempo suficiente para compensar as variações conjunturais, suas remessas de amortizações e rendimentos para as matrizes, sob modalidades diversas, algumas ocultas e de difícil quantificação, superam com flagrante exorbitância o montante original aplicado no país onde se localizam as subsidiárias. Em conseqüência, o capital estrangeiro absorve parcela de renda criada no país que o recebe e, com isso, reduz incessantemente suas fontes nacionais de acumulação de capital. Quando se trata de país em processo de rápida industrialização, como o Brasil, as remessas do capital estrangeiro provocam desequilíbrios graves no balanço de pagamentos, o que afeta a taxa cambial da moeda nacional, induz efeitos inflacionários, etc. Manifestação de semelhante mecanismo espoliador é a enorme dívida externa que mais uma vez onera a economia brasileira e constitui um dos seus mais perturbadores pontos de estrangulamento.

Apesar de tudo isso ser verdade comprovada, seria unilateral limitar-se a focalizar tal aspecto da atuação do capital estrangeiro, nas condições do nosso País. Aliás, deve ficar claro que só me refiro ao

Brasil e não pretendo generalizar minhas observações a quaisquer outros países.

Uma coisa é o capital estrangeiro aplicado em inversões puramente financeiras ou em unidades produtivas (mineração e plantagens) voltadas para a exportação. O mercado interno do país onde se localizam tais inversões não interfere na lucratividade dos investimentos. Outra coisa é o capital estrangeiro investido em fábricas de automóveis, de produtos químicos ou de cigarros, cujas vendas devam ser realizadas no mercado interno do país onde se localizam as fábricas. Neste último caso, os investimentos tornam-se parte integrante da organização produtiva dirigida com caráter específico ao mercado interno. Além disso, mesmo operando em condições de oligopólio, as subsidiárias das multinacionais enfrentam-se numa concorrência feroz, que as obriga a escalas cada vez maiores de produção e de vendas. A posição das empresas *industriais* estrangeiras é, por isso, dúplice: continuam sob o comando da matriz (norte-americana, alemã, inglesa, japonesa, etc.) e devem subordinar-se aos planos mundiais da matriz no que diz respeito a remessa de rendimentos, esquemas de investimentos, reserva de mercados de exportação, etc.; mas fazem parte também da economia brasileira, o que lhes impõe o objetivo imediato de vender o máximo no mercado brasileiro e as torna interessadas no crescimento dele, com a perspectiva, está claro, de dominar suas melhores fatias.

O investimento industrial estrangeiro apresenta, assim, dois aspectos combinados. Um aspecto é o da

“bomba de sucção”; o outro, o da dinamização do mercado interno. Uma fábrica de automóveis carece de aço, metais não-ferrosos, vidro, borracha, materiais plásticos, tintas, peças e componentes. O aumento da massa de empregos nos ramos produtores de tais bens de produção repercute no crescimento dos ramos produtores de bens de consumo, o que volta a estimular o departamento produtor de bens de produção.

Impõe-se, em conseqüência, a seguinte conclusão: *com a característica de sua duplicidade e levando em conta as formas contraditórias de sua atuação, as empresas industriais estrangeiras, objetivamente, não podem deixar de contribuir para o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil.*

Uma gradação que vai do nacionalista ao testa de ferro

Tem a burguesia brasileira uma posição geral e constante diante do capital estrangeiro?

Se remontarmos ao passado, veremos que os porta-vozes da burguesia se alternam no louvor à presença do capital estrangeiro e na crítica a certas formas de sua atuação. Acontecimento típico foi o do confronto, em 1937, no qual oito frigoríficos nacionais se aliaram aos pecuaristas contra a política dos sete frigoríficos estrangeiros então instalados no Brasil. Estes últimos, associados sob a forma de cartel mundial, haviam praticamente afastado o Brasil do

mercado internacional de carnes e concentraram suas vendas no mercado interno, com a aplicação de um processo de verticalização, que ia da criação e a invernagem do gado à produção de conservas. A posição dos frigoríficos nacionais e dos pecuaristas foi a de reclamar medidas contra este processo de verticalização e exigir que os frigoríficos estrangeiros se voltassem para a tarefa específica de exportação e deixassem o mercado interno reservado aos frigoríficos nacionais.

No episódio, já se esboçava o princípio básico da posição da burguesia brasileira como classe, em seu conjunto: o da aceitação *seletiva* do capital estrangeiro.

Tal princípio se tornará mais claro e consolidado na fase recente de investimentos estrangeiros maciços na indústria de transformação. Convém à burguesia, por exemplo, facilitar a entrada no Brasil das chamadas indústrias de ponta, montadoras de artigos finais que compram bens intermediários de outras empresas. A Ford tem cerca de dois mil fornecedores e a IBM recebe peças e componentes de mais de trezentos. Os grandes fabricantes nacionais de autopeças, como a Braseixos (grupo Vidigal) e a Metal Leve (grupo Klabin-Láfer), prosperaram de maneira fabulosa em companhia da indústria automobilística. Se, por conseguinte, é do seu interesse a expansão desta indústria multinacional no Brasil, simultaneamente se vêem obrigados à vigilância incessante contra os propósitos de verticalização das fábricas montadoras. Refletindo certamente tal si-

tuação ambígua, assim se manifestou José Mindlin, presidente da Metal Leve: "(...) achamos que o capital estrangeiro deve ser disciplinado, porque senão ficaremos numa situação de dependência excessiva. Porém, ele não deve ser combatido". Os investimentos estrangeiros, conforme opinou, devem ser aceitos segundo critérios seletivos e direcionados para setores prioritários.

Se nos voltarmos para o comportamento dos empresários individuais, não encontraremos uma posição única, mas uma gradação de atitudes. Numa ponta, colocar-se-ia o falecido José Ermírio de Moraes, sucessor de Pereira Ignacio na liderança do grupo Votorantim. Nele encontramos a expressão empresarial mais avançada do nacionalismo burguês. O interesse do seu grupo pela extração e industrialização de minérios (alumínio, ferro e aço, zinco, níquel, cimento) levou-o a prolongado confronto com os cartéis internacionais, enfrentados com êxito e sem aceitação de acomodações associativas. De tal posição não-associada, em que se situam também grupos de produção especializada como Brahma e Romi, passamos aos grupos empresariais cuja associação com o capital estrangeiro é significativa, porém secundária, a exemplo de Villares, Gerda-Johannpeter e Bardella; em seguida, aos grupos estreitamente associados com o capital estrangeiro, a exemplo de Vidigal, Mor teiro Aranha, Klabin, Antartica e Ultra (Peri Igel); àqueles que, em todos os empreendimentos importantes, estão fortemente associados ao capital estrangeiro, como Azevedo Antu-

nes; até chegar à figura do testa-de-ferro, que Antônio Gallotti, ex-presidente da Light e da Brascan, personificou da maneira mais completa e bem-sucedida.

Todas as gradações reproduzem-se nas instâncias decisórias do aparelho de Estado, constituindo as correntes profundas que provocam turbulências mais ou menos vigorosas na superfície visível.

A verdade da posição da burguesia, como classe, não se fixa em nenhum desses graus isoladamente, mas se condensa em certa posição consensual reiterada com variações através dos tempos, na qual se aliam o protecionismo alfandegário à aceitação do investimento estrangeiro dentro do País, uma vez que se subordine a critérios seletivos e condições especiais de operação. Precisamente nesse sentido se manifestaram o Primeiro Congresso Brasileiro da Indústria, realizado em 1944, e a Conferência das Classes Produtoras, no ano seguinte, da qual resultou a *Carta Econômica de Teresópolis*. Também foi esta a posição do documento assinado pelos oito empresários eleitos, em 1977, como os mais representativos entre cinco mil dos seus pares, numa pesquisa da *Gazeta Mercantil*: Cláudio Bardella, Severo Gomes, José Mindlin, Antônio Ermírio de Moraes, Paulo Villares, Paulo Velinho, Laerte Setubal e Jorge Gerda-Johannpeter. No referido documento, afirmaram os empresários: "(...) a empresa estrangeira tem desempenhado um papel inegável na construção da economia de mercado no Brasil. E nem desejamos prescindir de sua participação no futuro. Mas já está na

hora de valorizar o poder de atração do mercado brasileiro, através da fixação de uma política de entrada de capitais de risco. Devemos definir com precisão regras disciplinadoras do ingresso das empresas estrangeiras, a partir das conveniências nacionais, estabelecidas pela política industrial em seu conjunto. Não se trata, apenas, de estabelecer restrições, senão de oferecer princípios duradouros que permitam um convívio proveitoso para a nação entre parceiros, salientando-se o caráter complementar da contribuição estrangeira ao nosso próprio esforço de desenvolvimento nacional".

A conclusão a tirar é que o capital estrangeiro não entrou no Brasil por manobra solerte de uma "camarilha" ou de um "grupelho" de entreguistas, embora não falem entreguistas para servir aos interesses das multinacionais. Foi a própria burguesia brasileira, *como classe*, que precisou do capital estrangeiro e o incentivou a vir ao Brasil. *O nacionalismo da burguesia brasileira não implica a rejeição do capital estrangeiro, mas sua cooperação demarcada pelas conveniências do capital nacional.*

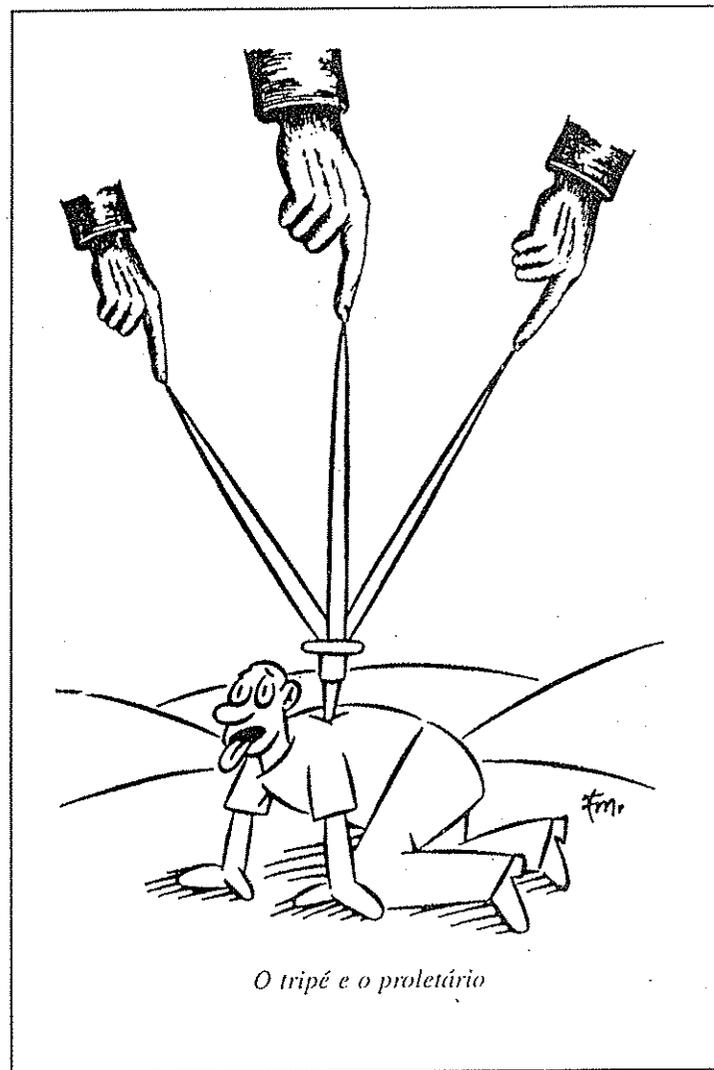
As relações entre a burguesia brasileira e o capital estrangeiro são, ao mesmo tempo, associativas e contraditórias. Ora se acentua um aspecto, ora outro, seja no conjunto da burguesia, seja em segmentos particulares. Mas, ambos os aspectos sempre têm coexistido. E, embora tantas empresas nacionais isoladas já hajam sido absorvidas pelas multinacionais ou caído na concorrência com elas, é equivocado supor que a burguesia brasileira, em seu conjunto e

representada pelo Estado, não dispõe de poder de oposição e de barganha quando lhe interessa enfrentar o capital estrangeiro. Este poder de oposição e barganha tem sido tanto mais eficaz quanto a burguesia brasileira já possui longa prática de exploração em seu proveito das contradições interimperialistas.

O Tripé e seu equilíbrio instável

Do desenvolvimento recente da economia brasileira emergiu uma situação que inspirou a teoria chamada do "tripé". Constatado o fato real de que, hoje, a economia brasileira funciona sob o comando de três setores diferenciados — o setor das empresas estatais, o setor do capital privado nacional e o setor do capital privado estrangeiro —, aquela teoria propõe a divisão de tarefas, a cooperação e o equilíbrio entre os mencionados parceiros.

Se há uma tendência para variadas combinações entre os três setores, às vezes até na constituição de empresas conjuntas em que todos comparecem com uma participação acionária (*joint ventures*), também se verifica a tendência oposta à disputa das possibilidades de investimento e de faixas de mercado. Por isso, a correlação de forças não atinge o equilíbrio supostamente ideal, porém é instável ao extremo. Daí a reivindicação de Antônio Ermírio de Moraes, aliás pouco praticável, de que se fixem claramente as áreas de atuação de cada um dos três parceiros.



O tripé e o proletário

No referente à empresa privada nacional, cabe salientar que a nova etapa do desenvolvimento econômico lhe impôs profundas transformações tecnológicas e organizacionais. Nem todos os grupos mais antigos conservaram as posições conquistadas. Os grupos Pignatari, Morganti e Soares Sampaio perderam o lugar entre os grandes, enquanto o grupo Matarazzo, liderado por Maria Pia, atravessa uma fase de agudas dificuldades. Em compensação, cresceram vigorosamente grupos como Votorantim, Villares, Vidigal, Brahma, Antarctica, Gerdau-Johannpeter, Ometto-Dedini, Romi, Bonfiglioli, Hering e Lundgren. Projetaram-se grupos de evolução recente, como Mariani Bittencourt, Barreto de Araújo e Paes Mendonça, na Bahia; Azevedo Antunes, Peixoto de Castro, João Fortes e Sendas, no Rio de Janeiro; Feffer, Civita, Cutrale, Confab, Machline-Sharp, Gradiente e Pão de Açúcar, em São Paulo; Café Caciue e Hermes Macedo, no Paraná; Sadia, em Santa Catarina; Ipiranga e Olvebra, no Rio Grande do Sul. Existem ramos que constituem verdadeiras "reservas de caça" do capital estrangeiro, onde a presença do capital nacional é residual ou praticamente inexistente. Aí se incluem os ramos automobilístico, farmacêutico e de produção de cigarros. Mas o capital privado nacional conserva presença destacada ou dominante nos ramos chamados tradicionais, como o têxtil, o de produtos alimentícios e o editorial e gráfico. Além disso, ocupou espaços recém-abertos como os de novos produtos de exportação, a exemplo de derivados de soja, do

suco de laranja e do café solúvel. Assenhoreou-se do moderno comércio varejista (supermercados e *shopping centers*) e, por conta própria ou em associação com o capital estrangeiro, penetrou em ramos de tecnologia avançada, a exemplo da petroquímica, da produção eletro-eletrônica e da indústria mecânica.

Na esfera bancária privada, à exceção talvez do Mercantil de São Paulo e do Comind, os maiores grupos — Bradesco, Itaú, Nacional, Unibanco, Real, Bamerindus, Safra e Econômico — conquistaram sua posição atual após a Segunda Guerra Mundial.

Qual a correlação de forças entre os três setores na fase em curso?

Apresentarei duas formas de avaliação, ambas referentes ao ano de 1974.

Em primeiro lugar, vejamos o que se passa no universo restrito das duzentas maiores empresas não-financeiras, com a seguinte participação numérica: 69 estatais, 76 de capital privado nacional e 55 de capital estrangeiro. Pelo critério do patrimônio líquido, as participações percentuais seriam as seguintes: estatais — 67,3; capital privado nacional — 16,1; capital estrangeiro — 16,6.

Em segundo lugar, vejamos o que se passa no universo de 5 113 empresas que, em 1974, possuíam um capital acima de 8 milhões de cruzeiros (também excluída a esfera financeira). A participação numérica é aí a seguinte: estatais — 246; capital privado nacional — 4 326; capital estrangeiro — 541. Pelo mesmo critério do patrimônio líquido, a participação

percentual seria a seguinte: estatais — 36,9; capital privado nacional — 48,3; capital estrangeiro — 14,8.

Se, no mesmo universo de pouco mais de cinco mil empresas, focalizarmos em particular a indústria de transformação, teremos a seguinte participação percentual no patrimônio líquido: estatais — 20,1; capital privado nacional — 50,6; capital estrangeiro — 29,3.

Este levantamento tem uma participação muito pouco representativa da agricultura e exclui dezenas de milhares de pequenas empresas, o que contribuiu para diminuir, em alguns pontos, o peso específico do capital privado nacional. Por fim, como foi assinalado, exclui a esfera financeira, na qual é bem minoritária a presença do capital estrangeiro. Com tais ressalvas importantes, podemos extrair as seguintes conclusões: no patrimônio capitalista existente no Brasil no ano de 1974, o mínimo de 85% era de propriedade nacional, com predominância da propriedade privada; o capital privado nacional detinha a metade do patrimônio da indústria de transformação; o capital estrangeiro dominava cerca de 30% da indústria de transformação, o que, por si só, lhe dava uma posição estratégica fundamental. Acresce ainda que as grandes unidades produtivas de capital privado nacional possuem dimensões menores do que as grandes unidades produtivas do capital estrangeiro. A favor deste pesa também a vantagem qualitativa da superioridade em matéria de tecnologia, fontes de financiamento, organização gerencial e atuação em ramos modernos e dinâmicos. Em

suma, a sólida presença do capital multinacional na indústria de transformação constitui o elo mais decisivo do entrosamento da economia brasileira no sistema capitalista mundial. Porém este processo de internacionalização não ocorreu, nem ocorre com o desaparecimento da burguesia brasileira. Bem ao contrário, ela conservou sua identidade de interesses e ainda conseguiu se fortalecer.

A correlação acima exposta, referente ao ano de 1974, sofreu alterações posteriores. Estas reforçaram as posições do capital estatal em detrimento mais do capital estrangeiro do que do capital privado nacional. Basta ressaltar que, em 1979, passou para a propriedade estatal a Light, até então a maior empresa estrangeira no Brasil. Essa transferência, somada a outras evoluções, já se reflete no quadro das duzentas maiores empresas não-financeiras de 1979. Sob o aspecto da participação numérica, temos: estatais — 83; capital privado nacional — 78; capital estrangeiro — 39. Pelo critério do patrimônio líquido, a participação percentual era a seguinte: estatais — 77,9; capital privado nacional — 13,8; capital estrangeiro — 8,3.

Os dados acima, extraídos dos levantamentos da revista *Visão*, confirmam-se, sob outro aspecto, pelos levantamentos da revista *Exame*. A partir de 1976 e até 1980, durante quatro anos seguidos, observa-se uma inflexão favorável à empresa privada nacional em sua correlação com a empresa estrangeira. Na lista das quinhentas maiores empresas privadas não-financeiras pelo critério do volume de vendas, o nú-

mero das estrangeiras, no referido período, caiu de ano a ano, passando de 184, em 1976, a 159, em 1980. Ao mesmo tempo, seu percentual no volume de vendas baixou de 52,5 para 46,5 — uma significativa redução de 6%. Com esta alteração, o maior volume de vendas passou do capital estrangeiro para o capital privado nacional.

Assim, no âmbito das maiores empresas, que lideram o desenvolvimento da economia, ocorreu, de 1974 a 1980, forte avanço do capital estatal. O capital privado nacional cresceu a um ritmo mais acelerado do que o capital estrangeiro. Se, por enquanto, nada há que indique tratar-se de tendências irreversíveis, tampouco seria correto omitir sua relevância para a análise da conjuntura atual.

SECRET

1981. 1000 - 1701

451518



A BURGUESIA COMO CLASSE DOMINANTE PRINCIPAL

Golpe militar de 1964 e modernização conservadora

Ao iniciar-se a década dos 60, o modo de produção capitalista já prevalecia na formação social brasileira. A burguesia constituía a classe dominante principal, com os latifundiários tradicionais em posição secundária e influência decrescente.

Do ponto de vista de classe, o golpe militar de 1964 foi obra da burguesia brasileira. Já são superabundantes as provas da decisiva participação do empresariado, representado por todas as suas graduações, na preparação e deflagração do movimento civil-militar que derrubou o Presidente da República. A este respeito, um episódio exemplar é o da família Ermírio de Moraes. Enquanto o velho José Ermírio, então senador, mantinha relações estreitas com o Governo

Goulart, do qual chegou a ser Ministro da Agricultura em 1963, seu filho homônimo — atual presidente do grupo Votorantim — financiou e liderou o IPES, um dos centros articuladores da derrocada do mesmo Governo Goulart.

O empresariado brasileiro teve a aliança dos latifundiários, a colaboração das multinacionais, a ajuda do Governo norte-americano e contou com a intervenção executiva das Forças Armadas. Estas, por sua coesão institucional essencialmente conservadora e antidemocrática, não apenas se incumbiram da execução do golpe, como assumiram o Poder de Estado, militarizaram suas instituições e imprimiram um estilo militarizado à tomada de decisões na esfera da política estatal.

O Estado, apesar disso, não se colocou acima das classes (da chamada sociedade civil), porém se tornou *mais burguês*. O que pode e deve ser aferido tomando como referência a política aplicada pelo Governo Castello Branco e por seus sucessores. Esta política, que tem sido definida pelo conceito de *modernização conservadora* extraído da obra de Barrington Moore, Jr. (*The Social Origins of Dictatorship and Democracy*), se consubstanciou nas seguintes medidas principais: arrocho salarial, com vistas à elevação da taxa de lucro em declínio por motivo da fase depressiva do ciclo econômico entre 1963-1967, tornando-se medida permanente como forma de controle da taxa de exploração da força de trabalho; extinção da estabilidade no emprego após dez anos de serviço e criação do Fundo de Garantia por Tem-

po de Serviço (FGTS), o que facilitou a manobra da rotatividade da mão-de-obra e forneceu os recursos básicos às operações do Banco Nacional de Habitação, no qual se apoiou o grande surto da construção civil; elaboração de uma legislação estimulante para o ingresso de capitais estrangeiros, no que se refere à remessa de lucros, sistema de taxação, isenções tributárias, garantias contra risco de nacionalização, etc.; estruturação do mercado de capitais, o que deu lugar à diversificação e agilização do sistema financeiro, à revitalização da Bolsa de Valores, ao lançamento de títulos governamentais como fonte não inflacionária de recursos e à canalização da poupança privada para o financiamento da compra de bens de consumo durável, sobretudo automóveis; reformulação do sistema tributário e dos órgãos fazendários, elevando a carga fiscal em termos absolutos e com relação ao Produto Interno Bruto (PIB); instituição de incentivos fiscais, subvenções e créditos subsidiados à produção para exportação, sobretudo de produtos industrializados; isenção de impostos, crédito subsidiado e outros incentivos à venda de tratores, máquinas agrícolas e fertilizantes, o que beneficiou as multinacionais e acelerou a capitalização da agricultura latifundiária; criação de numerosos fundos, dotando o Governo de recursos canalizados para o capital privado e para a realização de obras de infra-estrutura, o que agigantou um punhado de firmas nacionais do ramo da construção pesada (Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Norberto Odebrecht).

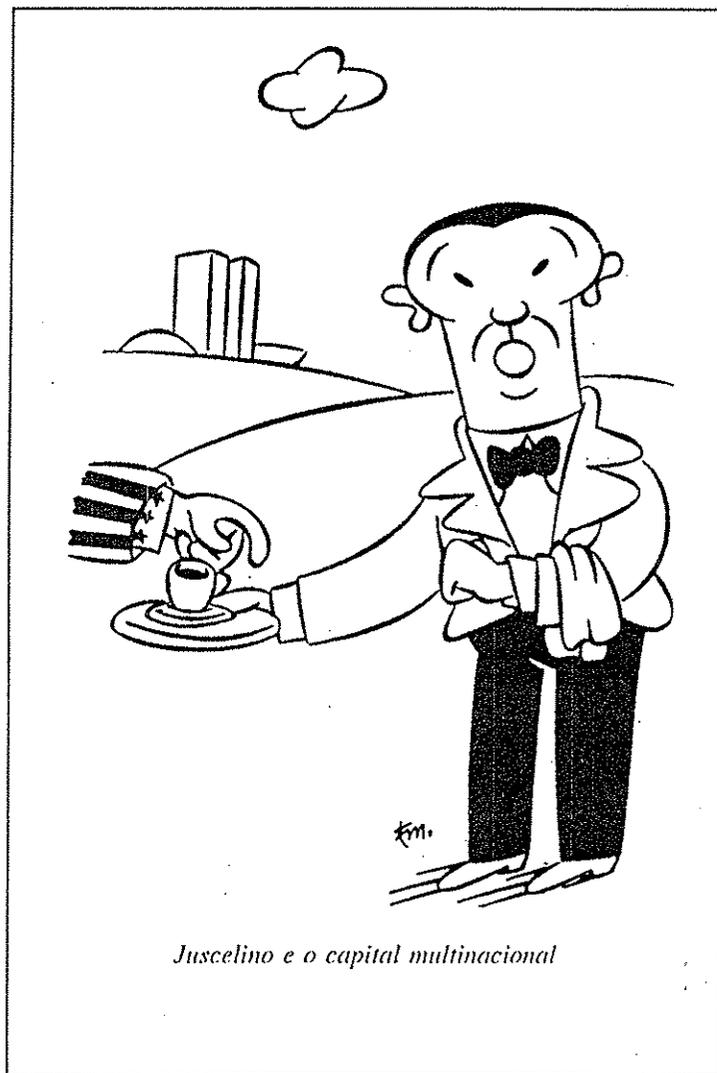
Novos aspectos do desenvolvimento capitalista no Brasil

Irei expô-los de maneira esquemática, com finalidade não mais do que indicativa:

a) Em 1980, o PIB brasileiro alcançou 210 bilhões de dólares, o que o coloca como o décimo PIB nacional no mundo. A renda *per capita* foi avaliada em 1750 dólares, situada em quinto lugar na América Latina. Do ponto de vista da composição do produto físico nacional, medido em valor líquido, o produto industrial correspondeu, em 1980, a 82% do total, tendo sido 4,5 vezes maior do que o produto agrícola. O Brasil é o mais industrializado dos países dependentes e se aproxima do patamar inferior dos países desenvolvidos.

b) O rápido desenvolvimento do capitalismo pós-64 não se faz senão com a exploração implacável da força de trabalho, fim para o qual a política repressiva do regime militar representou instrumento plenamente eficaz. Daí a queda brusca da participação dos salários na renda industrial. Em 1961, esta se dividia em 29% para os salários e 71% para os lucros. Em 1973, cabiam aos salários 23 % e aos lucros, 77%.

A concentração da renda e a deterioração da qualidade da vida de grandes massas da população justificaram que se chamasse o capitalismo brasileiro de *selvagem*. Mas se trata de uma designação puramente moral, sem valor científico. Qualquer que seja o país, inclusive os da revolução burguesa clássica,



Juscelino e o capital multinacional

todo capitalismo, por suas leis imanentes, tende à exploração da força de trabalho até o limite das possibilidades físicas. O que o impede de chegar a este limite e lhe impõe formas *civilizadas* de exploração é a luta de classes dos operários.

c) A estrutura do parque industrial passou por profundas modificações, resultantes do crescimento mais rápido dos ramos produtores de bens de produção e de consumo durável. As indústrias metalúrgica, mecânica, de material elétrico e comunicações e de material de transporte elevaram sua participação conjunta na produção industrial total de 13,2%, em 1939, para 32,3%, em 1969. Ao mesmo tempo, as indústrias têxtil e de produtos alimentícios tinham sua participação conjunta diminuída de 46,4% para 23,1%.

Em 1980, a produção de bens de capital representou 23% do produto industrial total, contra 7%, em 1969. Somada à produção de bens intermediários, *já se pode afirmar que o comando da indústria brasileira pertence, hoje, ao departamento produtor de bens de produção.* No âmbito da indústria de bens de capital, o capital privado nacional ganhou posição majoritária, apoiado nos maciços financiamentos do BNDE. Note-se que o grupo Votorantim, com cerca de 50 mil empregados em 1981, aparece atualmente como o maior empregador privado do País.

d) Julgo precipitada a afirmação de que já existe um capital financeiro *brasileiro*, considerando sob o conceito de capital financeiro — conforme Hilferding, Bukharin e Lênin — o capital monopolista

resultante da fusão do capital bancário com o capital industrial. As conexões ora existentes entre bancos e indústrias, em nosso País, estão ainda longe de configurar uma fusão, que implicaria a formação de um capital simultaneamente bancário e industrial, com os bancos assumindo os riscos e a orientação do investimento industrial. Por enquanto, o que ocorre, em uns poucos casos, é apenas que grupos industriais possuem uma ramificação bancária, a exemplo do grupo Vidigal (Banco Mercantil) e do grupo Bonfiglioli (Banco Auxiliar). Em contraste, o grupo bancário Moreira Salles (Unibanco) perdeu o fôlego e fracassou na tentativa de liderar um consórcio petroquímico. Se focalizarmos os dois maiores grupos bancários — Bradesco e Itaú —, verificamos que o primeiro até agora só incursionou na esfera de serviços e o segundo tem suas ligações industriais limitadas à Duratex.

Se bem que o crescimento do capital nacional já se manifeste no seu transbordamento para o exterior, carecem de fundamento as especulações sobre *imperialismo* ou *subimperialismo* brasileiro. Contudo, o ovo da serpente está chocando. Se houver tempo, ainda veremos um imperialismo brasileiro.

e) Cresceu impetuosamente, nos últimos tempos, o envolvimento de grupos industriais com empreendimentos na esfera agropecuária, o que incentiva o desenvolvimento capitalista da agricultura pela via da grande propriedade fundiária. Entre os grupos industriais ligados a iniciativas agropecuárias, podem ser mencionados — numa relação longe de

exaustiva — Votorantim, Ometto-Dedini, Klabin, Bonfiglioli-CICA, Matarazzo, Jafet, Parahyba e Pasmanik, de São Paulo; Monteiro Aranhã e Guinle de Paula Machado, do Rio de Janeiro; Hering, Gaidzinski e WEG, de Santa Catarina; Bezerra de Mello, de Pernambuco. Grupos bancários, igualmente, investiram na esfera agropecuária, destacando-se, neste particular, Bozano-Simonsen. O processo de soldagem da burguesia com a propriedade territorial avançou também na esteira da organização de empresas de exploração florestal, multiplicadas pelos incentivos fiscais. É evidente que a burguesia tem hoje, mais ainda que no passado, razões imperativas para se situar na linha de frente de defesa da grande propriedade da terra.

f) A média burguesia continua a representar importante camada da burguesia brasileira. O próprio desenvolvimento da grande indústria suscita a formação e prosperidade de médias empresas dotadas de tecnologia moderna, fornecedoras de peças e componentes. Algumas dessas médias empresas — dada sua especialização tecnológica e a escala do mercado brasileiro — chegam a gozar de posição monopolista.

Do ponto de vista estritamente econômico, podemos ter idéia do peso específico da média burguesia pelos dados do Censo Industrial de 1975. Se considerarmos como empresas médias aquelas que empregam entre 50 e 249 operários, constatamos que, no Estado de São Paulo, elas reuniam 30% do pessoal ocupado em toda a indústria e produziam

31% do valor da transformação industrial. No Estado do Rio de Janeiro, as empresas médias empregavam 37% do pessoal ocupado e produziam 29% do valor da transformação industrial.

Deve ser enfatizado que não há qualquer razão para classificar a média burguesia, nas condições atuais, como representante da chamada *burguesia nacional*, atribuindo-lhe supostas virtudes antiimperialistas e antimonopolistas. O caso da Fábrica de Molas Sueden, de São Paulo, pode ser considerado típico de um segmento expressivo das empresas médias. Com pouco mais de duzentos empregados e em excelentes condições financeiras, domina 25% do mercado nacional de molas helicoidais, gozando, com mais três empresas do ramo, de uma situação oligopolista. Já há 27 anos tem sido fornecedora da Ford, à qual ultimamente vendia 40% da sua produção, destinando outros 40% à General Motors. Durante todos estes anos em que Molas Sueden prosperou à sombra das montadoras de automóveis, sua presidente, Myrian Lee, jamais se manifestou contra o capital estrangeiro. Nem tinha motivos para isso. No entanto, em julho de 1981, anunciou-se que a Ford projetava produzir molas em sua fábrica de Pernambuco e dispensar os fornecedores de tal autopeça. Só então Myrian Lee revelou insuspeitados pendores nacionalistas e veio a público para denunciar a intromissão do capital multinacional numa área indevida.



CONCLUSÕES

A abordagem teórica da burguesia brasileira oscilou entre dois extremos.

Num deles, que tem sua origem nas teses da Internacional Comunista, elaborou-se a concepção de que existiria em países como o Brasil uma burguesia chamada *nacional*. Esta, apesar de sua fraqueza e inconseqüência, seria dotada de um potencial *revolucionário* antifeudal e antiimperialista. Não há dúvida de que N. W. Sodré se esforçou por explicar a história do Brasil sob o ponto de vista da existência dessa chamada burguesia *nacional*.

No outro extremo, colocam-se autores que consideram nula ou quase insignificante a participação da burguesia brasileira nas modificações históricas do País, mesmo quando delas foi beneficiária. Entre tais autores, podemos citar Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins e Warren Dean.

Ultimamente vem se afirmando uma tendência mais objetiva de abordagem, que evita ambos os

extremos e identifica na burguesia brasileira um participante ativo do processo histórico, sem, contudo, lhe atribuir conotações revolucionárias. Manifestação de semelhante tendência é a obra de Eli Diniz e, recentemente, a de René Armand Dreifuss. Este autor teve o mérito de comprovar a atuação primordial do empresariado na preparação e deflagração do movimento civil-militar que derrubou o Governo Goulart, se bem que, no afã de fundamentar sua tese já por si correta, incorresse no erro de depreciar a significação da *forma* militarizada adquirida pelo Estado pós-64.

No curso deste volume, evitei chamar a burguesia brasileira de *nacional*, embora isto fosse semanticamente acertado, porque *nacional*, na literatura política, quando conjugado ao substantivo *burguesia*, se tornou sinônimo de revolucionário. Não obstante, considero que, enquanto houver capitalismo no Brasil, existirá uma burguesia *brasileira*, isto é, uma burguesia cujo centro de interesses se situa na economia nacional. A ela pertence o Poder do Estado, por mais que não o exerça diretamente, porém por intermédio da instituição militar. As difusas manifestações de líderes empresariais e de seus intelectuais orgânicos em favor de um novo *Pacto Social* só indicam que segmentos da burguesia já não têm confiança integral na eficácia do Estado militar e, cautelosamente, inclinam-se em favor de uma dominação menos repressiva e mais consensual (hegemônica) das classes subordinadas. Todavia, é muito duvidoso que o capitalismo brasileiro consiga prescindir tão cedo do Estado militar.

Se é fato que a burguesia brasileira não se comportou como espectadora passiva dos acontecimentos históricos, também é verdadeiro que não precisou realizar uma revolução para se tornar classe dominante principal. Dadas as características da sua formação econômico-social, a *revolução burguesa* é uma categoria inaplicável à história do Brasil. A este respeito, nenhuma importância tem a ressalva acerca das revoluções democrático-burguesas de novo tipo, das revoluções burguesas "passivas" ou "por cima", do "caminho prussiano", etc.

Florestan Fernandes empenhou-se em explicar as causas da frustração da revolução burguesa pela própria burguesia brasileira. Como, porém, falar em frustração do que nunca foi necessário? Ainda segundo Florestan, a revolução burguesa em atraso está num beco sem saída. O que se dá, simplesmente, é que o beco está vazio. Por isso mesmo, Octávio Ianni não encontra outra maneira de caracterizar o ciclo da revolução burguesa, no Brasil, senão como uma "contra-revolução burguesa permanente". Esta contradição lógica seria evitada se se dispensassem ambas as categorias — as de revolução e contra-revolução — e se falasse apenas em *dominação burguesa*, tal como surgiu e tem se apresentado nas condições peculiares do nosso País.

Para a própria burguesia brasileira, tudo isto jamais foi mistério. Daí que tenha tido bastante realismo para não se introduzir nos imaginários modelos revolucionários que para ela construíram ideologias míopes.



INDICAÇÕES PARA LEITURA

Fontes documentais

De acordo com a norma desta coleção, evitei quase sempre mencionar, no curso do texto, fontes de dados estatísticos e de elementos fatuais. Não obstante, devo concluir com uma referência às principais dentre estas fontes, além das obras relacionadas na Bibliografia recomendada.

Afora inumeráveis edições de jornais e revistas, documentos e informações colhidas pessoalmente, recorri às seguintes fontes: *Relatório da SUMOC, 1956*; *Relatório do Banco Central do Brasil, 1980*; *Anuário Estatístico do Brasil, 1980* — IBGE; *Censo Industrial de São Paulo, 1975* — IBGE; *Censo Industrial do Rio de Janeiro, 1975* — IBGE; ABDIB — *Relatório da Diretoria, 1980*; *O Capital Estrangeiro no Brasil, 1961* — Ed. Banas; *Conjuntura Econômica*, fev. 1981; edições *Quem É Quem na Economia*

Brasileira da revista *Visão*, 1975, 1978, 1980; edições *Melhores e Maiores* da revista *Exame*, 1977, 1978, 1980, 1981; *Brasil em Exame*, 1980, 1981; Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan — *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*; Gerald D. Reiss — *Development of Brazilian Enterprise: a Historical Perspective*; Ana Célia Castro — *As Empresas Estrangeiras no Brasil, 1860-1913*; Paulo Neuhaus (coord.) — *Economia Brasileira: uma Visão Histórica*; Heitor Ferreira Lima — *Evolução Industrial de São Paulo*; Edgard Carone — *O Centro Industrial do Rio de Janeiro, 1827-1977*; Eulália Maria Lahmeyer Lobo — *História do Rio de Janeiro*; artigos de José Honório Rodrigues, Maurício Vinhas de Queiroz, Maria da Conceição Tavares, Luciano Martins, Julian Chacel, Roberto Macedo, Pedro Malan e Carlos von Doellinger.

Bibliografia

Reuni obras de iniciação ao estudo da burguesia brasileira por um critério temático, embora, em numerosos casos, vários temas sejam abordados na mesma obra.

História e sociologia do empresariado: Stanley J. Stein — *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950*; Nícia Vilela Luz — *A Luta pela Industrialização do Brasil*; Fernando Henrique Cardoso — *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*; Luciano Martins — *Industrialização,*

Burguesia Nacional e Desenvolvimento; Henrique Rattner e outros — *Pequena e Média Empresa no Brasil*; Liana Maria Aureliano — *No Limiar da Industrialização*; José de Souza Martins — *Empresário e Empresa na Biografia do Conde Matarazzo*; Fernando Motta — *Empresário e Hegemonia Política*.

Formação da ideologia burguesa: Roberto C. Simonsen — *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*; Edgard Carone — *O Pensamento Industrial no Brasil, 1880-1945* (coletânea de documentos); Marisa Saenz Leme — *A Ideologia dos Industriais Brasileiros, 1919-1945*.

Desenvolvimento regional e formação da burguesia: Paul Singer — *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana* (estudo comparativo dos casos de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco); Warren Dean — *A Industrialização de São Paulo*; Wilson Cano — *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*; Sérgio Silva — *Expansão Cafeteira e Origens da Indústria no Brasil*; Domingos Giroletti — *O processo de Industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930*.

Burguesia e classe operária: Ângela Maria de Castro Gomes — *Burguesia e Trabalho*.

Burguesia, Estado e capital estrangeiro: Eli Diniz — *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil, 1930-1945*; Peter Evans — *A Tríplice Aliança*; Carlos von Doellinger e Leonardo C. Cavalcanti — *Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira*; Carlos Estevam Martins — *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*; Helena Hirata — *Capitalismo de*

Estado, Burguesia de Estado e Modo de Produção Tecnoburocrático (revista *Discurso*, nº 12).

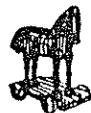
A burguesia em dois momentos históricos: Boris Fausto — *A Revolução de 1930*; René Armand Dreiffuss — *1964: a Conquista do Estado*.

A revolução burguesa na história do Brasil: Caio Prado Jr. — *A Revolução Brasileira*; Florestan Fernandes — *A Revolução Burguesa no Brasil*; Nelson Werneck Sodré — *História da Burguesia Brasileira*; Octávio Ianni — *O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil* (revista *Temas*, nº 10).

Sobre o Autor

Além de artigos e ensaios em jornais e revistas, escreveu:

- *O Escravismo Colonial*, Ática, 1978 (3ª ed., 1980).
- *O Conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica*, incluso na coletânea *Modos de Produção e Realidade Brasileira*, Vozes, 1980 - (Amaral Lapa, org.).
- *Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro*, conferência na 31ª Reunião Anual da SBPC, publicada na coletânea *Trabalhadores, Sindicatos e Política*, CEDEC/Global, 1980.
- *1964: o Fracasso das Esquerdas*, artigo em *Movimento*, Número 299, 29/3/81.



tudo é história

1º semestre de 1992



HISTÓRIA DA AMÉRICA

ANTIGA (Período Pré-Colombiano)

A Pré-História 135
A América Pré-Colombiana 16

MODERNA (Séc. XV a XVIII)

Afro-América 44 ✧ A rebelião de Tupac Amaru 119 ✧ Guerra Civil Americana 40

CONTEMPORÂNEA (Séc. XIX e XX)

Caribe 108 ✧ O Caudilhismo 118 ✧ Haiti 104 ✧ As Independências na América Latina 1 ✧ O Militarismo na América Latina 46 ✧ Movimento Operário Argentino 95 ✧ O Populismo na América Latina 4

SÉRIE NOSSA AMÉRICA

Bolívia 137 ✧ Chile 136 ✧ Uruguai 140

HISTÓRIA GERAL

ANTIGA (Até o séc. V)

O Egito Antigo 36 ✧ O Mundo Antigo: Economia e Sociedade 39 ✧ A Reforma Agrária na Roma Antiga 122

MEDIEVAL (Séc. V a XV)

A Caminho da Idade Média 117 ✧ As Cruzadas 34 ✧ O Feudalismo 65 ✧ O Império Bizantino 107 ✧ A Inquisição 49 ✧ O Mundo Carolingio 99

MODERNA (Séc. XV a XVIII)

A Comuna de Paris 24 ✧ A Etiqueta no Antigo Regime 69 ✧ O Iluminismo e os Reis Filósofos 22 ✧ A Inquisição 49 ✧ Mercantilismo e Transição 7 ✧ Movimento e Pensamento Operários antes de Marx 139 ✧ As Revoluções Burguesas B ✧ A Revolução Inglesa 82

CONTEMPORÂNEA (Séc. XVIII a XX)

Apartheid 102 ✧ Argélia: A guerra e a independência 73 ✧ A Ditadura Salazarista 106 ✧ A Formação do 3º Mundo 35 ✧ Guiné-Bissau 77 ✧ História da Ordem Internacional 126 ✧ Londres e Paris no séc. XIX 52 ✧ A Luta Contra a Metrôpole 3 ✧ O Nascimento das Fábricas 51 ✧ Oriente Médio e o Mundo dos Árabes 53 ✧ Paris 1968: As Baricadas do Desejo 9 ✧ O Período do Entre-guerras 141 ✧ A Poesia Árabe Moderna e o Brasil 50 ✧ A Redemocratização Espanhola 68 ✧ A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo 58 ✧ A Revolução Alemã 90 ✧ Revolução e Guerra Civil na Espanha 31 ✧ A Revolução Industrial 11 ✧ A Revolução Russa 61

HISTÓRIA DO BRASIL

COLÔNIA (1500-1822)

Bandeirantismo: Verso e Reverso 47 ✧ Barroco Mineiro 123 ✧ A Civilização do Açúcar 88 ✧ O Continente do Rio Grande 111 ✧ O Escravo Gaúcho 93 ✧ A Família Brasileira 71 ✧ Formação do Espaço Agrário Brasileiro 132 ✧ O Fumo no Brasil Colônia 121

IMPÉRIO (1822-1889)

A Abolição da Escravidão 17 ✧ A Balaiada 116 ✧ A Crise do Escravismo e a Grande Imigração 2 ✧ A Economia Cateadora 72 ✧ A Guerra Contra o Paraguai 131 ✧ A Guerra do Paraguai: 2ª visão 138 ✧ Nordeste Insurgente (1850-1890) 10 ✧ Os Quiombos e a Rebelião Negra 12 ✧ A Revolta dos Parceiros 110 ✧ A Revolução Farroupilha 101

REPÚBLICA (1889-)

A Burguesia Brasileira 29 ✧ A Campanha do Petróleo 109 ✧ A Cidade de São Paulo 78 ✧ Cidadelas da Ordem 128 ✧ A Coluna Prestes 103 ✧ Constituintes e Constituições Brasileiras 105 ✧ O Coronelismo 13 ✧ O cotidiano de trabalhadores 130 ✧ Cultura e Participação nos Anos 60 41 ✧ A Escola e a República 127 ✧ O Estado Novo. 114 ✧ O Governo Goulart e o Golpe de 64 48 ✧ O Governo Jânio Quadros 30 ✧ O Governo Juscelino Kubitschek 14 ✧ História da Música Independente 124 ✧ A Industrialização Brasileira 98 ✧ Juventude Operária Católica 97 ✧ A Liberdade Sindical no Brasil 113 ✧ Mata Gallegos 129 ✧ Movimento Grevista no Brasil 120 ✧ Partido Republicano Federal 115 ✧ A Proclamação da República 18 ✧ Revolução de 30: A Dominação Oculta 42 ✧ São Paulo na Primeira República 125 ✧ A Segurança Nacional 112 ✧ Tio Sam chega ao Brasil 91

BIOGRAFIAS

Friedrich Nietzsche 134 ✧ Sigmund Freud 133